

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANTONIO GILBERTO VIEGAS DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO:
TERRITORIALIDADES CONFLITANTES NO
ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA NO
MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT**

CÁCERES - MT

2017

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANTONIO GILBERTO VIEGAS DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: TERRITORIALIDADES
CONFLITANTES NO ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA NO
MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT**

Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Paula da Silva
Co-Orientadora: Profa. Dra. Luciana Pinheiro Viegas

CÁCERES - MT

2017

Silva, Antônio Gilberto Viegas da

Agricultura familiar e agronegócio: territorialidades conflitantes no Assentamento Santo Antônio da Fartura no município de Campo Verde – MT./Antônio Gilberto Viegas da Silva. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

91f

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientadora: Tânia Paula da Silva

Coorientadora: Luciana Pinheiro Viegas

1. Assentamento Santo Antônio da Fartura/Campo Verde/MT. 2. Território - uso da terra. 3. Questão agrária. 4. Contextualização sócio territorial de Campo Verde/MT. I. Título.

CDU: 911.373(817.2)

Ficha catalográfica elaborada por Tereza Antônia Longo Job CRB1-1252

ANTONIO GILBERTO VIEGAS DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: TERRITORIALIDADES CONFLITANTES NO
ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT,
CÁCERES – MT, 2017

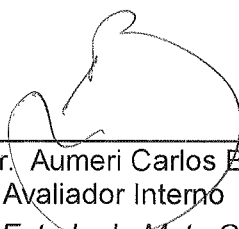
Essa Dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Cáceres, 06 de outubro de 2017.

Banca examinadora



Prof^a. Dr^a. Synthia Cristina Batista
Avaliadora Externa
Instituto de Geografia e História (UFMT)



Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof^a. Dr^a. Tânia Paula da Silva
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2017

DEDICATÓRIA

À você Jó, minha companheira de mais de quatro décadas, incansável na conquista cotidiana do amor, do companheirismo, da paixão de mulher que se doa de corpo e coração, dedico esse trabalho, com o meu incondicional amor.

Aos meus filhos Luciana, minha co-orientadora, minha alegria primeira; Daniel, meu orgulho, exemplo de firmeza e bom caráter, meu orientador *ad hoc*, os filhos que sempre quis ter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), que permitiu que eu vivenciasse essa experiência.

À Profa. Dra. Tânia de Paula Silva, minha orientadora, pelas suas informações e ponderações extremamente valiosas. A sua simplicidade e o seu bom astral me fazem muito bem.

Ao meu amigo Reginaldo Campos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde, agradeço pela recepção sempre tão gentil.

Aos camponeses e camponesas, com os quais eu convivo com tanta frequência durante toda a minha caminhada profissional, agradeço não apenas pelo carinho e pelo respeito com que me acolhem, mas pela sabedoria que me instiga na busca da utopia.

Meus ex-colegas da EMPAER minha gratidão pelo aprendizado de boa parte de minha vida profissional.

Aos professores da Pós-graduação em Geografia da UNEMAT, pela dedicação e ensinamentos, me aproximando assim de uma disciplina tão fascinante que é a Geografia.

As contribuições valiosas dos funcionários do INCRA-MT, os meus agradecimentos.

À Secretaria Municipal de Campo Verde, pelas informações valiosas para esse trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM – Acher Daniels Midland

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BASA – Banco da Amazônia S.A.

CAI – Complexo Agroindustrial

CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoral e Agrícola Ltda.

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

COOPERFAR – Cooperativa Agrícola Familiar de Santo Antonio da Fartura

COOPERSAF – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santo Antonio da Fartura

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMPAER-MT – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FBC – Fundação Brasil Central

FETAGRI-MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

LDC – Louis Drefus Commodities

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MSTTR – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIN – Programa de Integração Nacional
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária
POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento do Cerrado
PROCERA – Programa de Crédito para Reforma Agrária
PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROPEC – Programa de Desenvolvimento da Pecuária
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ONU - Organização das Nações Unidas
SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEPLAN-MT – Secretaria de Planejamento de Mato Grosso
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área total pertencente às empresas estrangeiras – por Estado – 2010	49
Tabela 2. Situação Fundiária de Mato Grosso – 1994	50
Tabela 3. Empresas instaladas no Município de Campo Verde-MT – 2014	65
Tabela 4. Cinco maiores produtores de algodão em pluma de Mato Grosso – Safra 2014/15	66
Tabela 5. Propriedades Rurais no Município de Campo Verde-MT – 2010	67
Tabela 6. Assentamentos de Campo Verde-MT – 2017	67
Tabela 7. Quantidades Médias de Produção de Soja, no período de 2002-2004	68
Tabela 8. Distâncias entre as Regiões de Produção de Soja e os Portos – 2005	69
Tabela 9. Produtos Comercializados entre a COOPERFAR e a CONAB – 2017.....	71
Tabela 10. Produção (em toneladas) no Município de Campo Verde – 2006 ...	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Reforma Agrária: índice Gini da concentração fundiária – 2009 ... 52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Índice de Gini em Mato Grosso – 2014	48
Figura 2. Mapa de Aptidão das Terras do Estado de Mato Grosso – 2003	55
Figura 3. Mapa da localização do Município de Campo Verde-MT – 2010	65
Figura 4. Lote do Assentamento Santo Antônio da Fartura – 2016	73
Figura 5. Sede da Associação e da COOPERSAF – 2017	74
Figura 6 Sede da COOPERFAR – 2017	75
Figura 7. Posto de Saúde do Assentamento – 2017	81
Figura 8. Escola Municipal Santo Antônio – 2017	81

RESUMO

O município de Campo Verde-MT apresenta um contexto onde a agricultura convive com dois segmentos que atuam no campo e que são responsáveis pela formação do espaço rural: a agricultura familiar, que se desenvolve através dos sete assentamentos existentes no município e algumas comunidades tradicionais onde há exploração de base familiar; e a agricultura empresarial ligada ao agronegócio, cujo modelo de produção está calcado na produtividade de matéria prima para exportação, que são as commodities, que é predominante no município. É nesse ambiente que esta pesquisa objetiva analisar os principais condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que levam a agricultura familiar a sofrer o processo de desterritorialização/reterritorialização¹ no Assentamento Santo Antônio da Fartura, no município de Campo Verde-MT. Para tanto, metodologicamente adotou-se a pesquisa qualitativa, com entrevistas abertas seguindo um roteiro para orientar o diálogo com os agricultores e suas representações no município e no âmbito estadual, bem como observação participante *in loco*. Com o trabalho de campo compreendemos que Campo Verde-MT vivencia uma constante disputa por diversos atores que compõem o território; isso porque muito embora o agronegócio tenha se expandido de maneira muito intensa no município, verifica-se também espaços de resistência e a constituição de territórios alternativos ao processo de desterritorialização efetivado pelo capitalismo no campo; resistência essa observada nos 07 assentamentos rurais e nas comunidades tradicionais que se apropriam e usam a terra de forma distinta, como terra de trabalho e de morada da vida, fortalecendo a identidade territorial dos assentados e, conseqüentemente, possibilitando a reterritorialização desses agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Agronegócio, Desterritorialização, Reterritorialização, Resistência.

¹ “Desterritorialização, [...], é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...], promovido por um sistema econômico altamente concentrador [...]. A reterritorialização consiste no processo de readaptação com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos, traz consigo novas formas, novas identidades, novas configurações, [...]”. (HAESBAERT, 2006, p. 67). “[...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 133).

ABSTRACT

The municipality of Campo Verde-MT presents a context where agriculture coexists with two segments that work in the countryside and are responsible for the formation of the rural area: family farming, which develops through the seven settlements in the municipality and some traditional communities where there is family-based exploitation; And business agriculture linked to agribusiness, whose production model is based on the productivity of raw materials for export, which are commodities, which is predominant in the municipality. It is in this environment that this research aims at analyzing the main social, economic, political, and cultural determinants that lead family agriculture to suffer the process of deterritorialization/reterritorialization in the Santo Antônio da Fartura Settlement, in the municipality of Campo Verde-MT. For that, methodological qualitative research was adopted, with open interviews following a script to guide the dialogue with the farmers and their representations in the municipality and at the state level, as well as participant observation in loco. With the fieldwork we understand that Campo Verde-MT experiences a constant dispute for several actors that make up the territory; This is because although agribusiness has expanded very intensely in the municipality, there are also spaces of resistance and the constitution of territories alternative to the process of deterritorialization effected by capitalism in the countryside; This resistance was observed in the rural settlements and in the traditional communities that appropriated and used the land in a different way, as a land of work and dwelling place of life, strengthening the territorial identity of the settlers and, consequently, enabling the reterritorialization of these family farmers.

Keywords: Family Agriculture, Agribusiness, Deterritorialization, Reterritorialization, Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Procedimentos Metodológicos	22
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR	26
1.1 Território e Territorialidades: o debate teórico e a disputa política	26
1.2 O Agronegócio em Debate	33
1.3 Agricultura Familiar: conceitos e marco legal	35
2. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO	42
2.1 Estrutura Fundiária de Mato Grosso: formação histórica	42
2.2 Agronegócio em Mato Grosso: o Estado no fomento da concentração fundiária	52
2.3 Formação e Resistência da Agricultura Familiar no Mato Grosso	59
3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE CAMPO VERDE-MT....	64
3.1 O município de Campo Verde-MT e a Questão Agrária	64
3.2 O Assentamento Santo Antônio da Fartura e a Perspectiva Territorial dos Agricultores Familiares	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui se apresenta foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso, e é intitulada a “Agricultura Familiar no Território do Agronegócio: territorialidades conflitantes no Assentamento Santo Antônio da Fartura no Município de Campo Verde-MT”. Está inscrita na linha de pesquisa: dinâmica espacial.

O interesse na escolha deste tema tem a ver com a formação profissional do autor e sua convivência com agricultores de uma maneira geral, os quais eram chamados, num determinado período, de pequenos produtores e que, na atualidade, são identificados como agricultores familiares e comunidades rurais.

Nesta caminhada profissional, três momentos são evidenciados, a partir do primeiro contato do autor com o campo brasileiro, que buscam explicar, de maneira resumida, o interesse em pesquisar a respeito do tema deste trabalho, quais sejam:

- Primeiro momento (1979 a 1999): com formação básica em medicina veterinária, o autor atuou como extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT), onde desenvolvia ações ligadas às políticas públicas da ditadura militar com os seus projetos especiais direcionados ao campo, como o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), PROTERRA, Programa de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC), Programa de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), dentre outros que visavam modificar o modelo de produção do campo brasileiro.

Ressalta-se que, neste primeiro momento, o contato com os agricultores, principalmente com aqueles que possuíam áreas maiores e viabilizavam, portanto, a implementação desses projetos, acontecia a partir de um diálogo baseado na persuasão, numa visão pedagógica difusionista.

O modelo de assistência técnica implantado no Brasil referendou o modelo de desenvolvimento agrícola da Revolução Verde, baseado no difusionismo das novas técnicas e de sua adoção pelos agricultores. Revelou objetivos claros de uma nova intervenção tecnológica modernizadora, descomprometendo-se com seus efeitos ecológicos, sociais e econômicos. O perfil profissional exigido era especializado, e a competência dos técnicos podia ser medida pelo domínio de práticas tecnológicas e pela sua capacidade de convencimento (RAMOS, 2004, p. 75).

Em meados da década de 1980, a partir da apreensão de leituras críticas de autores como João Bosco Pinto, Pedro Demo, Juan Diaz Bordenave, Paulo Freire e outros, que questionavam a intervenção da extensão rural no campo brasileiro, passaram a emergir, dentro do sistema de extensão rural brasileiro, grupos de profissionais que acompanharam os ideais dos autores citados e outros pensadores críticos, visando a uma atuação extensionista que desse maior atenção ao conhecimento acumulado, ao longo dos anos, pelos agricultores familiares camponeses.

Freire, em seu livro “Extensão ou comunicação?” faz uma aproximação semântica do termo Extensão que, a partir de sua leitura, induz a uma reflexão muito significativa da atuação extensionista que à época foi absorvida por pequenos grupos que atuavam na extensão rural em praticamente todos os Estados brasileiros. Freire faz a seguinte análise do termo extensão:

Extensão..... Transmissão
 Extensão..... Sujeito ativo (o que estende)
 Extensão..... Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
 Extensão..... Recipiente (do conteúdo)
 Extensão..... Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros).
 Extensão..... Missianismo (por parte de quem estende).
 Extensão..... Superioridade (do conteúdo de quem entrega).
 Extensão..... Inferioridade (dos que recebem).
 Extensão..... Mecanicismo (na ação de quem estende).
 Extensão..... Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem) (FREIRE, 1983, p. 22).

A partir dessa análise, de outros autores e de intensos debates dentro da EMATER-MT, com contribuições de vários pensadores das universidades e organizações de movimentos sociais, houve uma (re) significação no modo de atuação do autor como profissional extensionista.

Assim sendo, às compreensões a partir da experiência vivenciada seguiram-se fases de debates, seminários com técnicos, organizações governamentais e não governamentais efetuados numa visão muito mais técnica, tendo os sujeitos do campo apenas como expectadores e não como partícipes; interessante seria se tais sujeitos pudessem fazer parte da elaboração do diagnóstico sobre sua realidade e, em conjunto com o técnico extensionista, buscar enfrentar os desafios identificados,

tornando-se, portanto, protagonistas de todo o processo. É importante a atuação de agricultores familiares e suas representações, como associações e sindicatos, entre outros, visando compreender a necessidade de uma atuação profissional em que seu conhecimento é valorizado, buscando-se levar informações, mas principalmente aprender com as experiências vivenciadas por eles, respeitando o saber empírico.

Deste modo, neste período começa-se a fazer uma autocrítica aos diagnósticos que eram feitos das comunidades rurais, visando o planejamento das ações junto às famílias de agricultores; pois foi comprovado que a maior parte dos projetos implementados nas comunidades rurais durava enquanto o extensionista estivesse sistematicamente fazendo o acompanhamento das atividades. Porém quando o extensionista não participava, as ações eram deixadas de lado pelas famílias.

Essa autocrítica e a observação de que era preciso estabelecer outras práticas na relação extensionista com a comunidade rural tiveram por base leituras de autores como Demo (1996), o qual alertava que:

[...] É, pois, componente essencial do sentimento de comunidade, do sentir-se membro de um determinado grupo, de participar em um projeto concreto de vida. O índio identifica-se com sua comunidade por uma série de traços característicos, como língua, mitos, valores, modos próprios de ser e de interagir com a natureza, e assim por diante. Sem tais traços, a comunidade não se materializa e se organiza. Neste sentido, cultura comunitária é a parteira da participação. Não há projeto comum de vida, assumido em coesão comunitária, sem identidade do grupo. Essa identidade se forja na cultura de cada um (DEMO, 1996, p. 57).

Esse olhar crítico ajudou no desenvolvimento de novas sensibilidades para atuar com mais atenção às culturas e aos tempos das comunidades, provocando mudanças substanciais no modo de atuação da extensão rural na época.

É nesse momento que surgem os trabalhos do economista chileno Carlos Matus com seu Diagnóstico Rural Participativo (DRP), em que o extensionista atua não como aquele sujeito da crítica freiriana, mas agora como elemento mediador das potencialidades das comunidades rurais e dos sujeitos que nela vivem, a protagonizarem o conhecimento da sua realidade e a desenvolverem suas capacidades para enfrentarem desafios. Nessa fase, a dificuldade encontrada era de passar de um profissional difusor para um desenvolvedor de habilidades de mediação para elaborar o DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Esse foi um período

que perdurou de 1979 a 1999, quando foi encerrado o ciclo profissional do autor na então Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT).

- Segundo momento (2001 a 2008): foi marcado pela atuação do autor como professor da disciplina de Sociologia e Extensão Rural para o Curso de Agronomia do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Os estudantes deste curso, em sua maioria, eram filhos de médios e grandes produtores de soja de Mato Grosso.

Durante esse período houve a convivência com jovens que tinham o objetivo claro de terminarem a sua graduação para tomarem conta das fazendas de seus pais, ou ingressarem em uma dessas multinacionais vendedoras de insumos para a agricultura empresarial. Outros poucos desejavam seguir a carreira acadêmica, e outro grupo menor almejava desenvolver atividades junto aos agricultores familiares.

Com essa disciplina o autor procurou mostrar uma realidade que não lhes era muito conhecida, as extremas dificuldades enfrentadas pelas famílias camponesas, a sua luta incessante pelo acesso à terra, ao crédito, à educação e a precariedade da saúde d esse segmento. Buscou-se na disciplina propiciar uma visão política da realidade camponesa, mostrando as lutas encabeçadas pelas diversas representações desses agricultores camponeses na conquista pela democratização da terra, os diversos conflitos violentos que muitas vezes aconteciam e acontecem nessa disputa pela reforma agrária.

Evidentemente que esses temas eram um elemento provocador de intensos debates entre os alunos e que certamente enriqueciam muito a aula.

Várias turmas de acadêmicos tiveram a oportunidade de refletir sobre essa realidade em visitas de campo realizadas tanto a grandes propriedades, que e a maioria deles já conhecia, mas principalmente, a assentamentos rurais, como o Assentamento 14 de Agosto, Santo Antonio da Fartura, ambos no município de Campo Verde, Assentamento Sadia III, no município de Várzea Grande e outras pequenas propriedades de agricultores familiares.

Lecionar para esse segmento de alunos foi uma experiência desafiadora, uma vez que obrigava o professor a ler mais a cada dia, além de, cada vez mais, convencê-lo da extrema desigualdade no Brasil; no Centro-Oeste, principalmente, a concentração perversa da terra perpetuava a pobreza no campo.

Fato que mais lhe chamou a atenção foi durante a crise de 2005: em função dos baixos preços da soja e a manutenção dos preços dos insumos, que não cobriam os custos de produção, os alunos ficaram revoltados, refletindo a indignação de seus pais, colocando a culpa no governo federal e exigindo repactuação das dívidas. Esse fato levou os estudantes a encabeçarem um movimento de protesto contra o governo. Para tanto, foram pedir apoio dos seus colegas de outras universidades, o que lhes foi negado.

No debate sobre o tema em sala de aula, os alunos estranharam essa falta de apoio dos outros estudantes. Esse momento foi interessante, uma vez que, na reflexão, o professor lhes perguntou: quantas vezes vocês apoiaram os colegas de outras instituições para temas como: melhoria da qualidade do ensino, manutenção dos preços nos refeitórios acadêmicos, dentre outras reivindicações? Foi o momento de evocar o poema de Berthold Brecht:

INTERTEXTO

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo

(Bertolt Brecht).

Foi uma reflexão marcante, em que vários deles reconheceram a necessidade não apenas de aprender mais a respeito da ciência agrônômica, mas uma maior e melhor formação política e humanitária.

Outra visita de campo naquela época foi realizada ao Assentamento 14 de Agosto, em 2004, no Município de Campo Verde, em que o grupo de estudantes foi recebido pelo coordenador do MST do assentamento, Manoel, que era assentado e que fez uma importante análise da conjuntura política da época.

A reflexão efetuada em sala de aula foi de reconhecimento, pelos estudantes, da apropriação de informações atualizadíssimas pelo coordenador do MST, a respeito da trajetória de lutas dos camponeses e da perpetuação hegemônica da elite brasileira sobre as classes subalternas da sociedade.

- Terceiro momento (2008 até dias atuais): a convite da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o autor passou a fazer parte do grupo de assessores, com atuação na Região Centro-Oeste, atividade que perdura até os dias atuais. Esse novo momento é um descortinar da vida profissional, pois ele passa a conviver com mais intensidade com as representações dos trabalhadores rurais e agricultores familiares² no processo de formação política e sindical, por meio da Escola Nacional de Formação (ENFOC) da CONTAG.

Essa escola tem cursos modulares nos níveis municipal, estadual e nacional. A formação levada a efeito pela ENFOC acontece dentro dos pressupostos da Pedagogia da Alternância, tendo a educação popular como orientadora em todo o processo formativo, em que acontecem o tempo escola e o tempo comunidade. O público beneficiário são agricultores de vários movimentos sociais, lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais e técnicos ligados aos camponeses, selecionados pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nos municípios e pelas Federações nos estados.

Nessa caminhada formativa, conta-se com a parceria de professores de várias universidades do país e pensadores do exterior ligados aos movimentos camponeses. Em função dessa aproximação com pensadores como os professores Bernardo Mançano Fernandes, Sérgio Schneider, Socorro Silva, Elza Falkembach, dentre outros que colaboram com a escola, e das práticas do autor junto aos agricultores, ele foi instigado a analisar e compreender o tema da pesquisa.

Nesse contexto, verifica-se que a agricultura capitalista (agronegócio) vem se expandindo de maneira muito significativa no Brasil. Em Mato Grosso este processo de territorialização do agronegócio tem sido mais intenso, principalmente, na região

² Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações e a Confederação (CONTAG).

norte do estado. Esse processo tem forçado a agricultura familiar a seguir um modelo de produção que se diferencia das características principais deste segmento, que é a diversificação das atividades na produção de alimentos. Portanto, tem-se verificado no campo mato-grossense um processo de desterritorialização/reterritorialização da agricultura familiar; situação evidenciada pelas transformações vivenciadas por este segmento em função da produção monocultora, ou seja, a territorialização do agronegócio em áreas de agricultura familiar, que também promove a expropriação dos agricultores familiares.

Em Campo Verde, município que se constitui como um recorte significativo da expansão do agronegócio mato-grossense verifica-se também tal situação, pois o município está entre os vinte municípios do país com as maiores produções monocultoras de algodão, de milho em grão e soja, o que viabiliza a territorialização do agronegócio naquela região.

Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente (2007) comprovam também esse processo de territorialização do capital em Campo Verde-MT, pois mostram que o município tem sua ocupação territorial dividida em 1.533 propriedades; destas, 27% são grandes propriedades, ou seja, acima de 200 hectares, e ocupam 91,1% da área do município com atividades de monocultura e atividades de pecuária voltadas à avicultura industrial; e 73% das propriedades do município são formadas por pequenas propriedades com até 50 hectares. O último censo agropecuário ocorreu em 2006 e, portanto, espera-se que essas informações possam ser atualizadas ainda este ano, uma vez que o censo ocorre a cada dez anos. Deveria ter acontecido em 2016.

Apesar disso, no *locus* empírico da pesquisa, o município de Campo Verde-MT, verifica-se uma constante disputa por diversos atores que compõem o território; isso porque muito embora o agronegócio tenha se expandido de maneira muito intensa em Mato Grosso, observa-se também nesta região espaços de resistência e a constituição de poucas experiências alternativas ao processo de desterritorialização efetivado pelo capitalismo. Essa resistência é observada nos 07 assentamentos e nas comunidades tradicionais que desenvolvem uma agricultura em que a degradação dos recursos naturais não é tão intensamente efetivada.

Por outro lado, a maior parte dos assentamentos do município acompanha o modelo de produção calcado na dependência de insumos externos (calcário, fertilizantes, fungicidas, herbicidas, sementes). Essas informações foram observadas

em visitas a alguns assentamentos do município e depoimentos de funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura de Campo Verde e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que mantém contatos frequentes com os assentamentos do município. Tal situação verificada no município de Campo Verde, como também a participação do autor nos vários debates sobre os principais desafios dos agricultores familiares e suas representações (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em vários municípios, Federações de Trabalhadores Rurais em vários Estados e na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura —CONTAG—, no âmbito nacional); instigou-nos a um maior aprofundamento sobre temas que envolvem os dois segmentos existentes no campo brasileiro e mato-grossense: a agricultura familiar e o agronegócio.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar os principais condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que levam a agricultura familiar a sofrer o processo de desterritorialização/reterritorialização³ no Assentamento Santo Antônio da Fartura, no município de Campo Verde-MT.

Os objetivos específicos são: refletir sobre os conceitos de agricultura familiar e agronegócio e o projeto em disputa no campo ideológico; investigar como ocorre a reorganização da posse e do uso do espaço agrário em Campo Verde-MT tendo como base os dados do Censo Agropecuário do IBGE; entender como as representações da agricultura familiar têm buscado ter visibilidade na sociedade, diante da sua importância na produção de alimentos; investigar os principais apoios efetuados pelo Estado brasileiro, com políticas públicas, para consolidar o modelo de agricultura baseado na exportação de matéria prima; investigar quais políticas públicas se efetivam no apoio à transição do modelo de agricultura familiar que utiliza agrotóxico para um modelo de produção em bases sustentáveis.

A relevância do trabalho está em estimular o aprofundamento do tema pelos pesquisadores e subsidiar os movimentos sociais para encaminhar a luta por políticas públicas em benefício dos agricultores familiares camponeses.

³ “Desterritorialização, [...], é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...], promovido por um sistema econômico altamente concentrador [...]. A reterritorialização consiste no processo de readaptação com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos, traz consigo novas formas, novas identidades, novas configurações, [...]”. (HAESBAERT, 2006, p. 67). “[...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...]” (HAESBAERT, 2002, p. 133).

Assim, o primeiro capítulo traz considerações conceituais a respeito de território, agronegócio e agricultura familiar, debatendo sobre a disputa política e trazendo o marco legal da agricultura familiar para o centro do debate.

No segundo capítulo a questão agrária em Mato Grosso é evidenciada, fazendo-se um resgate histórico da formação da estrutura agrária. Esse capítulo é encerrado com a formação da agricultura familiar e sua resistência no estado.

O terceiro e último capítulo é dedicado ao município de Campo Verde, contextualizando-o socioterritorialmente, evidenciando a questão agrária, percorrendo sobre a trajetória histórica do Assentamento Santo Antônio da Fartura e a perspectiva territorial dos agricultores familiares camponeses.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa que ora se apresenta está fundamentada no método indutivo/qualitativo e no princípio filosófico do materialismo histórico dialético, entendido como dialética marxista, que promove a ruptura da dicotomia que separa o sujeito do objeto (PIRES, 1997).

Para Gil (2008), o método indutivo acontece de maneira inversa do dedutivo, uma vez que inicia do particular para a generalização como produto de dados particulares coletados. Para os empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume (*apud* GIL, 2008, p. 10), “[...] o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração os princípios preestabelecidos”.

Assim sendo, a pesquisa está baseada em informações primárias e secundárias, com levantamento de campo no assentamento Santo Antônio da Fartura, situado no Município de Campo Verde, que compõe o universo da pesquisa, bem como algumas representações dos agricultores familiares, tanto nesses espaços como nas suas entidades localizadas no meio urbano.

As instituições ligadas, de alguma maneira, aos assentamentos rurais, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (FETAGRI-MT), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), dentre outras entidades, que têm alguma ligação com essas famílias de agricultores familiares, foram fontes de consultas de muita significação.

A experiência profissional, já mencionada, de mais de vinte anos como extensionista da EMPAER-MT em várias comunidades e assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso proporciona ao autor desta pesquisa um montante de diálogos com agricultores familiares camponeses e suas representações, tais como lideranças de associações, sindicatos e técnicos de organizações governamentais e não governamentais. Essa experiência, aliada às visitas pedagógicas efetuadas em aulas de campo em assentamentos dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Roraima, Rondônia e outras Unidades da Federação; bem como as aulas práticas dos módulos dos cursos estaduais, regionais e nacionais da Escola Nacional de Formação Política (ENFOC), da CONTAG⁴ possibilitou maior compreensão das relações sociais nesses assentamentos e, em particular, no caso de Mato Grosso, no assentamento Santo Antônio da Fartura, onde foram realizadas duas visitas pedagógicas com os educandos da ENFOC nos últimos três anos.

Essas visitas antecederam o trabalho de pesquisa elaborado a partir do diálogo com as famílias assentadas; isso porque, uma dessas visitas ocorreu em outubro de 2010, quando houve oportunidade de dialogar com agricultores e uma engenheira agrônoma, que à época fazia um trabalho de agroecologia com alguns agricultores; outras ocorreram em 2016, onde se estabeleceram diálogos com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde e o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santo Antônio da Fartura; momentos estes em que fizeram uma explanação sobre a questão agrária em Campo Verde-MT, trazendo aspectos ligados ao início da luta pela terra, quando as famílias ainda estavam acampadas em terras da fazenda que seria desapropriada.

No trabalho de campo optou-se por entrevistas semiestruturadas, em que perguntas orientadoras potencializavam a fala dos atores pesquisados, sem nenhuma pressuposição do pesquisador.

O roteiro para orientar o diálogo partia dos seguintes elementos: Quando começou a luta pela terra? De que lugar vieram? Há quanto tempo estão assentados? O que plantam (Modelo de produção, usam sementes crioulas, usam

⁴ Escola Nacional de Formação Política (ENFOC), instituída em 14 de agosto de 2006, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), onde o autor em tela é Assessor Regional e Educador Popular. Para maior aprofundamento, acessar: <http://www.enfoc.org.br>.

produtos químicos, venenos, compostagem, há diversificação de plantio e criação, etc)? Como se organizam para produzir e comercializar? Quais políticas públicas (PAA, PRONAF, PNAE, PNHR) beneficiaram os assentados? Quem presta assistência técnica e com que frequência? Quais inovações tecnológicas são adotadas? Entre outras.

Com esse roteiro deixava-se o entrevistado mais à vontade, tendo-se, no entanto, o cuidado para não fugir do objetivo da pesquisa.

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p. 86).

Além das representações dos agricultores e entidades já mencionadas, ligadas de alguma maneira à dinâmica dos assentamentos rurais no município, foram entrevistadas pessoas dessas entidades no meio urbano. As entrevistas aconteceram nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2017 no meio urbano e nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2017 diretamente no Assentamento Santo Antônio da Fartura, com a participação de dez famílias. À medida que o diálogo evoluía, as afirmações que denotavam alguma relação com o objetivo da pesquisa (questão das territorialidades conflitantes), eram imediatamente enfatizadas nas anotações.

Após a escuta desses camponeses, sentiu-se a necessidade de um maior aprofundamento a respeito da organização da produção, da comercialização e sua interação como sujeitos participativos de suas organizações. Para tanto, optou-se em se implementar a aplicação de questionários para trinta agricultores escolhidos aleatoriamente. Esses questionários foram aplicados, e cada continha noventa e três perguntas, cujo teor se encontra nos anexos.

A aplicação dos questionários reforçou a fala das famílias entrevistadas e oportunizou ao pesquisador uma maior apreensão dos anseios, frustrações e sonhos dessas famílias camponesas. Durante a aplicação dos questionários surgiam depoimentos que permitiam um maior conhecimento da vivência dessas pessoas cujos desafios tornam-nas mais ou menos animadas, dependendo do maior ou menor grau de complexidade. O avanço da idade e falta de mão de obra são alguns

dos fatores de desânimo dessas famílias, principalmente naquela situação em que os filhos saíram da propriedade para estudar ou trabalhar.

Portanto, a polifonia dos camponeses e suas representações compõem a fundamentação dessa metodologia.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Território e Territorialidades: o debate teórico e a disputa política

O tema território tem provocado intensas discussões teóricas nos espaços acadêmicos e entre os movimentos sociais, na perspectiva de conquistas por políticas que venham atender aos interesses de diversos coletivos ligados à luta pela terra. Saquet (2007, p. 24) alerta que:

é preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou estes sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento. (SAQUET, 2007, p. 24).

Assim, Saquet, em uma genealogia do debate da geografia acerca do conceito de território, registra a grande contribuição de pensadores como Deleuze (1992; 2010) e Guattari (1992; 2010), na segunda metade do século XX, a partir de suas interpretações da constituição dos sujeitos e da formação do território. Também observa a importância de autores como Gottmann, Raffestin, Ratzel, Turco e Dematteis, além dos autores italianos, como Magnaghi, considerado como um dos pioneiros a tratar do conceito de território que compreende que as relações de poder e apropriação assumem diferentes formas, inclusive dentro dos movimentos sociais organizados (SAQUET, 2007).

O citado autor reconhece também a contribuição de Niccolò Machiavelli, em seu clássico “O Príncipe”, cuja perspectiva teve uma grande influência sobre a experiência territorial, demonstrando as evidências de poder como relações que envolvem dominação (SAQUET, 2007).

O mesmo autor retoma o conceito de território reportando-se à década de 1970 do século passado, em abordagens que buscam explicar outros elementos como:

[...] a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução de capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância dos signos e símbolos como formas de controle da vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (SAQUET, 2007, p. 53).

Estudiosos como A. Gramsci, Deleuze, Guattari, Gottmann, Dematteis, Foucault, dentre outros, em suas obras fazem a reelaboração do conceito de território, levando em consideração os elementos acima mencionados.

Enfatizando as principais obras, Saquet (2007) menciona expoentes como Gramsci, Deleuze, Guattari, Gottmann, Dematteis, Foucault, Lefebvre, dentre outros e que, com a introdução de novos elementos e ciências, tais como a filosofia, tornam-se peça-chave para a reelaboração do conceito que passa a ter “novos significados”, importantes também para a Geografia, tais como os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

Deleuze e Guattari (2010) trazem a concepção de território numa visão ligada à subjetividade individual e coletiva, levando em consideração as diferentes dimensões como a cultural, a econômica e a existencial. O vivido, a dinâmica que envolve cada situação espaço-tempo são elementos considerados. Esses autores acreditam que o pensamento se desterritorializa e se reterritorializa, conectando-se e desconectando-se do lugar.

As famílias inicialmente acampadas às margens da rodovia BR-70, em seguida acampadas em terras da própria fazenda, sendo posteriormente assentadas em seus lotes no Assentamento Santo Antônio da Fatura, passaram por esse processo, uma vez que vieram de um bairro periférico de Cuiabá, onde desenvolviam várias atividades relacionadas ao meio urbano. Tiveram, portanto, de se desconectar dessas atividades e vivenciar outra sociabilidade, inicialmente como acampadas, onde normalmente o vínculo solidário se efetiva com mais intensidade e, posteriormente, estabelecendo-se em seus lotes.

Outros símbolos e vínculos foram construídos a partir dessa nova situação; por exemplo, na relação com aqueles que naquele momento, perseguiram os mesmos objetivos, ou seja, no momento em que se estabeleceram em suas propriedades, com sonhos e objetivos diferentes.

As ideias de Raffestin, Giuseppe Dematteis e Sack serviram de base para a reflexão do conceito de território pelos pensadores atuais. Trazem o conceito de território sob uma perspectiva humanística que se deu a partir dos anos 1989-1990 do século XX, incorporando elementos de subjetividade, signos, símbolos e micropolíticas, em contraposição ao materialismo histórico e dialético. Um dos principais pensadores nessa linha é Guattari, que defende um território ligado à subjetivação individual e coletiva; Cunha, por sua vez, faz uma contraposição a

Guattari, afirmando a existência de uma abordagem alternativa do desenvolvimento, trazendo elementos como desigualdades, desterritorialização e reterritorialização, a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais que substantivam a identidade coletiva; Já Turco traz como argumentação a territorialidade e relações de poder ligadas à teoria da complexidade e ao agir cotidiano do homem (SAQUET, 2007).

Viegas (2014, p. 22) observa que “diante da multiplicidade de interpretação do conceito de território, o ponto de partida é que território é um recorte espacial sobre o qual se projetam ações sociais, relações de poder e um arranjo material”. Como afirma Raffestin (s/d, p.7), “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados”.

Essa convivência entre grupos de interesses afins em determinados momentos se estabelece como consenso; em outros, como momentos de intensos embates, mesmo entre grupos que apresentam interesses comuns. O aspecto da conflitualidade se efetiva tanto dentro de um grupo de interesses, quanto, com mais intensidade, entre grupos de interesses diferentes e muitas vezes conflitantes. Os conflitos se estabelecem tanto na disputa pelo poder, como pelo modelo de produção.

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 14).

Relevante considerar a visão relacional de Sack a respeito do conceito de território, que leva em consideração a existência de um único poder hegemônico que controla pessoas e recursos, além de enfatizar também o sentido político do território, o qual é construído socialmente e “pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir pessoas.” (SACK, 1986, p. 20).

A visão de Sack (1986, p. 5) de que as relações sociais que compõem o território e dele são resultado pode ser considerada como territorialidade, como uma

estratégia geográfica muito importante para controlar as pessoas e as coisas, pela hegemonia da área. Ele elenca três características interrelacionadas para que haja territorialidade: 1) a classificação e definição da área; 2) a comunicação; 3) formas de controle. Indica uma classificação escalar da territorialidade, a ser elucidada mais adiante.

Ainda entre as contribuições de Sack (1986, p. 19) relacionadas ao território, ressalta-se a questão da existência de um território sem delimitações ou demarcações de área, e o autor afirma que “um lugar pode ser considerado um território por um período e não em outro, dependendo dos interesses de seus controladores”.

A expansão da abordagem territorial demonstra que, a partir das pesquisas desenvolvidas pelos italianos, seguiu-se uma contribuição significativa com base em novas concepções sobre o conceito de território, influenciando outros pensadores já na década de 1990, como Badie, Ianni, Andrade, Souza, Fernandes, Dematteis, Saquet e outros na abordagem puramente territorial; Faccioli, Morelli, Cerreti, bem como outros autores na abordagem econômico-territorial, e Rullani na abordagem de elementos de cunho econômico e cultural existentes no território. O autor descreve a importância que é dada ao conceito a partir de três autores que tiveram um papel importante sobre o desenvolvimento do conceito de território, que são Santos, com uma abordagem materialista centrada no conceito de espaço geográfico; Haesbaert que tem uma visão mais integradora entre o material e o ideal do território e o próprio Saquet, que constrói uma abordagem “(i) material” do território, assemelhando-se ao processo descrito por Haesbaert, porém destacando os processos político-econômicos (SAQUET, 2007).

Em outra corrente interpretativa, o conceito de território advém do conceito de espaço, onde o primeiro é produto da apropriação de um recorte do espaço por determinado grupo social que estabelece nele “relações afetivas, identitárias, de pertencimento.” (HAESBAERT, 2011). “Este conceito é amplo e analisado em diferentes áreas e cada uma delas, ao conceituá-lo, procura enfatizar questões prioritárias dentro de seus contextos” (VIEGAS, 2014, p. 21).

Haesbaert (2011) se reporta ao interesse das diversas áreas como a Geografia, que dá materialidade em suas múltiplas dimensões; a noção do espaço e não do território utilizado pela Economia como cenário da base produtiva; a Ciência Política que direciona sua construção em função das relações de poder; o destaque

feito pela Antropologia com relação à sua dimensão simbólica no trabalho com comunidades tradicionais; a ênfase da Sociologia a partir da intervenção nas relações sociais; e a Psicologia que absorve o território relacionado ao debate sobre a construção da subjetividade ou da individualidade identitária.

Segundo Haesbaert (2004, p.1) “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Evidencia-se que o processo de dominação se estabelece nas relações socioeconômicas e no modelo de produção hegemônico de um determinado grupo, mas também de forma individual, como explicita a afirmação de Saquet:

O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades, da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vive-versa. O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder. (SAQUET, 2007, p. 33).

Na visão de Haesbaert é importante analisar o território em suas múltiplas manifestações, por meio da diversidade de seus sujeitos, tanto daqueles que dominam, com suas lutas hegemônicas, quanto dos dominados, que efetivam suas resistências, com sobreposições de territorialidades constitutivas das relações sociais que se verificam no território.

Em função das diversas linhas de abordagens do conceito de território, ressaltam-se momentos em que o conceito de território se confunde e/ou se complementa com o conceito de região, uma vez que ambos se encontram na base da geografia política no que diz respeito à distribuição da população humana na superfície terrestre de forma desigual, numa escala mais ampla. Mesmo que essa análise seja efetuada em escala local, continua traduzindo a realidade, uma vez que os conflitos acontecem no território pela presença e prática do poder hegemônico sobre os dominados, justamente por uma distribuição (humana, social e cultural) desigual (HAESBAERT; PEREIRA, *et al*, 2012).

Saquet estabelece a relação entre o conceito de território e seus arranjos com o conceito de paisagem, trazendo elementos inerentes às relações sociais descritas por Raffestin, que une paisagem – a materialidade – e território – à imaterialidade. Mesmo se tratando de diferentes abordagens e níveis de interpretação, estão em sintonia, com base na abordagem humanística, historicista e materialista na ótica de autores italianos como Gambi, Sereni e Quaini, dentre outros expressivos como Santos, que trazem questões para futuras reflexões (SAQUET, 2007).

“A identidade também tem um caráter de organização política”. Saquet (2007, p.148), relacionando o conceito de identidade, isto é, a vida em sociedade, em comunidade, com a questão do território, distingue a como sendo indispensável à constituição territorial, relacionando, assim, o aspecto político no que se refere à questão da identidade com uma possibilidade de transformação social e, conseqüentemente, transformadora do território.

Da mesma forma que evidencia o poder da identidade no território, aborda também a mudança que pode ocorrer em consequência da atuação dos sujeitos socioeconômicos que atuam como agentes de desterritorialização e reterritorialização, entendendo-se que a identidade também pode significar vinculação, multiterritorialização e complemento entre indivíduos, espaços e corporações (SAQUET, 2007).

Considerando ainda as abordagens de Saquet (2007) sobre território, o autor chama a atenção para a dificuldade de se aplicar as relações conceituais na realidade brasileira, uma vez que a maior parte desses conceitos provém de uma outra realidade, a europeia. Enfatiza que deve haver necessariamente a adequação desses conceitos à realidade brasileira.

Saquet (2007) chama a atenção para a importância de em um estudo empírico territorial serem abordadas as dimensões econômica, política e cultural, sem deixar de lado o aspecto natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder, como se pode ver:

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se

considerar, na natureza do território, a natureza. (SAQUET, 2007, p.172).

Levando-se em consideração uma análise territorial, há que se ter o cuidado de não se fragmentar as relações, uma vez que suas dimensões (E-P-C-N)⁵ estão interligadas entre si com a intencionalidade de facilitar o trabalho, evitando assim que qualquer aspecto importante seja ignorado, buscando-se ter em mente o caráter geográfico holístico dos fenômenos. Ressalta-se que muitos perdem o foco do estudo conceitual do território, não sendo o território em si, mas sim as relações de poder que vão forjá-lo, uma vez que são essas relações que vão territorializar espaços, imprimindo nestes uma determinada territorialidade segundo suas características e objetivos; portanto, a análise deve priorizar os atores locais e suas relações. (SAQUET, 2007).

De acordo com a visão trazida por Saquet (2007), a territorialidade representa manifestações relacionais diárias entre homens e a natureza orgânica e inorgânica, tornam-se elementos necessários à sobrevivência e representam o acontecer de todas as atividades do cotidiano na produção do território. Assim, as relações sociedade-espaço-tempo se caracterizam pelos poderes no espaço entre si, sendo estas relações diferenciadas em um mesmo espaço e tempo. Portanto, as diferenças existentes entre os territórios são consequências das diferentes relações de poder, por meio das ações e apropriações de diversos indivíduos, grupos de indivíduos e instituições. Compreende-se, deste modo que os territórios possuem diferenças de acordo com os grupos de poderes que atuam nesse espaço, demonstrando suas características e objetividades, moldando o espaço conforme essas relações nas dimensões econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N) mencionadas anteriormente.

Portanto, pode-se afirmar que a abordagem se dá inicialmente na origem dos problemas, uma vez que são essas relações que dão o direcionamento das causas e condições materiais e sociais. Com uma análise empírica, levando-se em consideração as dimensões acima citadas, pode-se perceber quais são os aspectos mais frágeis e carentes de mudança, seja no aspecto político, econômico, cultural e/ou natural, contribuindo assim para facilitar a resolução de problemas (SAQUET, 2007).

⁵ Econômicas – Políticas – Culturais - Naturais (E-P-C-N).

Essa dimensão conceitual apreendida de Saquet e de outros pensadores acima mencionados foi a fonte consultada para análise da dinâmica territorial no Assentamento Santo Antônio da Fartura, localizado no Município de Campo Verde-MT.

1.2 O Agronegócio em Debate

Com a intensificação do avanço do capitalismo no campo brasileiro a partir da década de 1950, os agricultores familiares, à época chamados de pequenos agricultores, juntamente com as comunidades tradicionais, foram intensamente explorados e/ou expropriados de seus territórios. Importante se faz atentar para a visão de Fernandes, Welch e Gonçalves:

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre à base do contínuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaçueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. Esses povos são chamados de tradicionais, mas não com a conotação de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico. São chamados de tradicionais porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes para mudá-los, no que diz respeito às suas culturas e relação com a natureza (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2012, p. 45).

Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) evidenciam que o território brasileiro foi praticamente tomado pelo agronegócio com o apoio e conivência do Estado brasileiro, onde fincou suas bases por meio do capital monopolista, que recebeu inúmeros benefícios de políticas governamentais em detrimento dos povos tradicionais, que somente conseguem apoio com pressão dos movimentos sociais. Essa expansão do agronegócio sobre o território brasileiro não ocorre sem resistência dos movimentos socioterritoriais⁶.

⁶ Segundo Fernandes (2005, p. 30), as primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade de 1990 e resultam na publicação do artigo "Movimento Social como Categoria Geográfica" (FERNANDES, 2000b). Na visão desse autor, esse conceito pode ser exemplificado como o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. [...] "Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios" (FERNANDES, 2005, p. 7).

A partir da década de 1980 começa a se intensificar o uso do termo agronegócio (tradução literal do termo inglês *agribusiness*) para se referir ao conjunto de relações de produção, comercialização e processamento dos produtos relacionados à agricultura e à pecuária (SAUER, 2008), um modelo que se concretiza na exploração de grandes extensões de terras para a sua produção e no aumento sistemático da produtividade. Sauer observa a origem do termo a partir de seu lócus de importação:

Como o termo foi cunhado para o contexto agropecuário norte-americano, a tradução do conceito trouxe, desde o início, a carga do modelo, designando um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra (mesmo a base sendo *family farming* norte-americana) (SAUER, 2008, p. 14).

Mesmo o termo tendo se expandido com muita intensidade, tanto nos meios acadêmicos como nos diversos espaços midiáticos, tem sofrido resistência de vários segmentos da sociedade e, principalmente, dos movimentos sociais que atribuem a intensificação no uso de agrotóxicos e a alta dependência dos insumos externos aos grandes, médios e pequenos agricultores. Entretanto, “a defesa do termo é calcada na noção de que há uma cadeia de negócios, constituindo-se a agropecuária de atividades produtivas que não podem ser analisadas isoladamente” (BATALHA, SOUZA FILHO, *apud* SAUER, 2008, p.14).

Na realidade, segundo Sauer (2008), a apropriação do termo não se deu por meio de um vazio social e político, nem foi instrumentalizado para estabelecer sua classificação por segmentos externos, setores populares e/ou seus intelectuais orgânicos. A sua materialização se deu por iniciativa de grandes empreendimentos, originados da modernização da agricultura brasileira. “[...].Na verdade, o termo agronegócio ganhou materialidade no Brasil com a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), fundada em evento ocorrido na Câmara dos Deputados em maio de 1993” (SAUER, 2008, p. 15).

Na visão de Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), a agricultura foi a primeira atividade antrópica a provocar alteração do meio natural, “no entanto foi com a revolução industrial e o advento da urbanização que os impactos ambientais nas cidades e no campo se agravaram chegando a patamares alarmantes”.

No Brasil o processo de urbanização subordinou o espaço rural à cidade/industrial, que passou a fazer o papel de fornecedor de matérias primas e receptor de produtos industrializados como agrotóxicos, fertilizantes, sementes modificadas e máquinas. Aumentou-se a exploração agrícola e agravaram-se os impactos ambientais também no espaço rural. (FERNANDES, WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 45-49).

Esse modelo de produção extremamente dependente de recursos externos (agrotóxicos, corretivos de solos, sementes geneticamente modificadas, dentre outros) tem provocado agressões significativas ao meio ambiente e à saúde humana, além de tornar a paisagem unificada e monótona.

Altieri (2012) chama a atenção para esse tipo de simplificação da agricultura industrial que pode afetar a biodiversidade de várias maneiras:

- Expansão das áreas agrícolas com perdas de *habitats* naturais;
- Conversão de vastas áreas em paisagens agrícolas homogêneas com reduzido valor de *habitat* para a vida silvestre;
- Perda de espécies silvestres benéficas e de agrobiodiversidade como consequência direta dos usos de agroquímicos e outras práticas;
- Erosão de recursos genéticos valiosos por meio do uso crescente de cultivares uniformes de alto rendimento (ALTIERI, 2012, p. 24).

Com todos esses elementos trazidos ao debate, ressalta-se a necessidade de uma reflexão mais efetiva a respeito de uma agricultura que seja inclusiva e com uma capacidade de exploração que considere o respeito aos recursos naturais, levando em consideração cada bioma onde essa agricultura se desenvolva.

1.3 Agricultura Familiar: conceito e marco legal

Para Mattei (2014), os últimos vinte anos marcaram, no contexto socioeconômico brasileiro, a expressão “agricultura familiar” como resultado, em grande parte, pela união das lutas dos movimentos sociais, coordenados por suas organizações representativas na busca por uma política pública para este segmento, reconhecida pelo Estado brasileiro quando criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996.

A conquista dessa política pública a partir de meados da década de 1990 teve uma importância fundamental na retomada dos debates acadêmicos a respeito do

tema, com vários olhares reflexivos para o meio rural brasileiro, deixando de lado o escopo temático tradicional (MATTEI, 2014).

Enquanto a agricultura empresarial persegue o rendimento de um determinado produto por área, em que a produtividade é o seu objetivo principal para atingimento do lucro, a diversificação das atividades é uma das características principais da agricultura familiar. Essa diversificação deve ser considerada como um elemento de importância fundamental para esse segmento e não como impeditivo de inovações tecnológicas. É importante observar que:

As teorias correntes nas ciências sociais vêm destacando, com evidências cada vez mais abundantes, que a diversidade e a diversificação não são, necessariamente, sinônimos de ineficiência e ineficácia no uso de recursos e na organização societária. (SCHNEIDER, 2010, p. 86).

Há necessidade de um maior empenho por parte do Estado em direcionar com mais efetividade uma política de pesquisa que vise o desenvolvimento da agricultura familiar, levando em consideração as suas diversidades.

A agricultura familiar é um termo relativamente novo no cenário nacional. É a partir da década de 1990, segundo Schneider (2011), que esse termo começa a ter espaço nas discussões acadêmicas. Até final de 1980 os sujeitos que compunham esse segmento da agricultura eram usualmente chamados de pequenos agricultores, agricultores de subsistência e agricultores de baixa renda. Essas denominações nunca foram bem aceitas pelas representações desses agricultores. Entretanto, o termo “agricultura familiar” vem se consolidando entre esse segmento, como na afirmação:

Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento (WANDERLEY, 2004, p. 58).

O movimento sindical dos trabalhadores rurais teve um protagonismo fundamental para que o conceito de agricultura familiar tivesse reconhecimento, pudesse ser absorvido pela sociedade com maior intensidade e resultasse na

necessidade de apoio e mais pesquisas no meio acadêmico. Schneider e Cassol (2013, p. 06) destacam que:

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se à três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado do papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A construção e o fortalecimento do conceito vêm sendo tema de discussões acadêmicas em vários eventos, como seminários, palestras e debates. Os movimentos sociais, em especial o movimento sindical dos trabalhadores rurais, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, com o apoio intelectual de vários estudiosos da área, traz para sua pauta de lutas a reafirmação desse conceito como princípio identificador de um segmento importante da economia nacional.

Esses momentos tiveram uma participação muito ativa de lideranças de organizações governamentais e não governamentais, com intensas contribuições da comunidade acadêmica.

Schneider (2016) apresenta um esquema que resume bem a participação de vários atores sociais que contribuíram para a formulação e consolidação do conceito de agricultura familiar.

Atores e organizações que contribuíram com a criação do conceito de Agricultura Familiar



A formulação e a sedimentação do conceito de Agricultura Familiar envolveram o protagonismo de vários atores sociais, segmentos da sociedade no Brasil e as universidades, com apoio de organizações internacionais.

Nesse sentido, foi conseguido um grande avanço com a criação do marco legal da agricultura familiar, a partir da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. A CONTAG empreendeu uma luta muito forte para que a agricultura familiar, bem como as pessoas que atuam no campo como assalariadas fossem beneficiadas. Durante o 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado no período de 10 a 14 de março de 2009, em Brasília-DF, a CONTAG evidenciou, dentre outras manifestações, em sua “Análise de Conjuntura” o seguinte texto:

Apesar da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras no Congresso Nacional, devido ao seu caráter majoritariamente conservador e antissindical, as relações da CONTAG com o parlamento se ampliaram e se qualificaram. Isto fez com que o MSTTR obtivesse conquistas fundamentais, a exemplo das leis 11.718/2008, que trouxe uma maior segurança a uma parcela dos assalariados rurais quanto à sua situação trabalhista e previdenciária, e a 11.326/2006 que trata da formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (ANAIS DO 10º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2009, p.18).

Esta Lei (11.326/2006) define claramente no seu artigo 3º o agricultor familiar e empreendedor rural como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei 12.512, de 2011);
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O estabelecimento do marco regulatório da agricultura familiar representou uma conquista significativa dos movimentos sociais, uma vez que fortaleceu o conceito quanto ao aspecto legal, com maior visibilidade do segmento entre os

meios políticos e sociais, bem como em entidades de atuação internacional. Observe-se a afirmação:

[...] Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (NEVES, 2005, p.15).

O resultado de estudos acadêmicos e os embates das representações dos agricultores familiares estão contribuindo para uma maior afirmação do conceito na sociedade, com apoios de políticas governamentais e entidades de âmbito internacional.

A característica camponesa da agricultura familiar não se perde na trajetória histórica de sua formação e não se isola enquanto categoria, uma vez que mantém laços sociais e familiares, sem perder a sua conectividade com os mercados consumidores. Esclarece Wanderley (2004, p. 45):

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela⁷.

Desde a organização da sua produção à sua comercialização, no contato direto com os consumidores nas feiras livres, ou o fluxo mercadológico com sua cooperativa ou na venda de seus produtos para os programas de governo, os laços de integração não permitem que a agricultura familiar perca a sua característica camponesa. Essas relações mercantis não eliminam as conectividades sociais, em

⁷ No Brasil, aquela abordagem do campesinato como uma civilização ou uma cultura é igualmente adotada, entre outros autores, por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido, José de Souza Martins e Carlos Rodrigues Brandão.

que [...] “o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção” (WANDERLEY, 2004, p. 45).

Por mais intensas que sejam as inovações tecnológicas apropriadas pelos agricultores familiares, as suas relações entre suas representações políticas, sociais e econômicas com sindicatos, associações, cooperativas ou em feiras livres, a sociabilidade desses sujeitos sugere laços de amizade que não são apenas de uma relação capitalista.

Quando, nessa mesma linha de pensamento, evoca-se o relacionamento desses sujeitos do campo, fica mais evidente o lado camponês dessa vivência; afirmação de Wanderley (2004) respaldada na proposta teórica formulada por Lamarche (1993), segundo a qual os agricultores trazem consigo uma tradição onde a família exerce não apenas uma importância afetiva, mas ligada diretamente ao modo de vida e as formas de produzir.

Quando o conceito de agricultura familiar é trazido para o debate, é importante levar em conta que além da diversidade relacionada à sua produção, devem ser consideradas as diferenças existentes entre as regiões e dentro da própria região brasileira. Há que enfatizar que mesmo havendo essas diferenças quanto ao modelo e tradição no aspecto produtivo, uma coisa que se uniformiza é que a agricultura familiar tem a família como gestora do processo de produção; e mesmo que as inovações tecnológicas sejam absorvidas as relações familiares se mantêm presentes, a despeito dos diversos biomas onde esse segmento se estabeleça.

A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social (SCHNEIDER, 2010, p. 110).

O aspecto legal conquistado pelos diversos segmentos ligados aos agricultores familiares é fundamental para sedimentar, nos diversos espaços políticos e sociais, o conceito de agricultura familiar. Por outro lado, o envolvimento dos diversos pensadores nas universidades com pesquisa e atualização da base conceitual é um elemento que a cada dia contribui mais para o fortalecimento da luta por políticas públicas para este segmento.

Enfim, se esse conceito está diretamente ligado às raízes das lutas que se estabeleceram ao longo da trajetória de embates contra a hegemonia do latifundiário e as diversas facetas do capitalismo no campo, na época, permanece atual, uma vez que o latifundiário travestiu-se de agronegócio, mas as lutas dos agricultores familiares continuam a enfrentar praticamente os mesmos desafios, seja por terra ou por políticas governamentais que venham a lhes beneficiar.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO

2.1 Estrutura Fundiária de Mato Grosso: formação histórica

A dinâmica de produção do espaço geográfico do estado de Mato Grosso remonta ao período colonial. Segundo Moreno (1999, p. 68), “Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território, seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização”, ou seja, a legislação fundiária de Mato Grosso, como dos demais estados da Federação, teve como base para sua estruturação a Lei Imperial de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854.

Assim, a partir desses documentos ficou reconhecido o amplo direito de propriedade sobre as terras devolutas sob domínio do Estado, com decreto para sua aquisição mediante título oneroso (MORENO, 1999).

Moreno (1999) enfatiza ainda que essa lei foi adaptada aos interesses dos “proprietários”, para tanto, foram dadas as condições para o reconhecimento das sesmarias sem, no entanto, ser exigido o preenchimento de formalidades legais e das posses “mansas e pacíficas”, prevalecendo a necessidade de que as terras estivessem ocupadas e cultivadas.

E, mais, os benefícios para a elite agrária não param, “[...] estabeleceram-se prazos dilatados para a medição e regularização das terras situadas na jurisdição do Estado, considerando que grande parte delas encontrava-se ocupada e em situação irregular” (MORENO, 1999, p. 68).

Desse modo, a primeira lei de terra do Estado (Lei nº 20/1892) e o seu regulamento (Decreto nº 38/1893) deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas”, sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim, a data limite de 1854 estabelecida pela Lei de 1850. Asseguraram também o direito de preferência para a compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujos títulos não preenchiam os requisitos exigidos para a legitimação ou revalidação. Como essas ocupações ocorriam em grandes áreas, favorecidas pela economia do Estado que se baseava na agricultura, no pastoreio e na exploração extrativa vegetal (erva-mate, borracha, poaia), a Lei estava beneficiando essencialmente, os grandes proprietários (posseiros). Portanto, mesmo tendo assegurado o direito de preferência para a compra das terras devolutas ocupadas, a Lei, excluía os pequenos posseiros desse benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra,

nem fazer face ao sistema de produção vigente na época (MORENO, 1999, p.68-69).

O processo de formação da estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso representa uma mistura de pessoas particulares inescrupulosas, com a conivência de sucessivos governadores estaduais, haja vista a utilização do aparato legal para beneficiar, com grandes extensões de terras, lideranças políticas da época.

No caso do Mato Grosso, tais fenômenos foram recorrentes na história legal da terra. A complacência dos governadores estaduais com relação aos abusos cometidos pelos particulares na apropriação de terras devolutas, revelou-se também na legalização dos excessos de área incorporados ao título de domínio original, acima do permitido por lei. A Legislação Estadual de Terras previa a incorporação de terreno devoluto contíguo aos terrenos ocupados, desde que não excedessem à área cultivada e deveriam possuir, no máximo, 150 ha. Este dispositivo foi generalizado e aplicado também às alienações de terras feitas pelo Estado após 1892. Assim, da expedição do título provisório até a expedição do título definitivo, as áreas aumentavam consideravelmente de tamanho, chegando algumas a atingir mais de 15.000 ha. A soma dos excessos das áreas regularizadas chegou a ser superior à soma das áreas constantes dos títulos primitivos de domínio. Entre 1889 e 1929 verificamos que para 910 títulos definitivos que foram expedidos registrou-se de 650.877,50 ha de área legal e 4.294.216,00 ha de área em excesso. As propriedades foram tituladas com áreas médias superiores a 5.000 hectares. (MORENO, 1999, p.70).

Nesse aspecto, Moreno (1999) chama a atenção para o discurso governamental de estímulo à imigração para ocupação dos “espaços vazios” e promoção do desenvolvimento do estado. Neste sentido, não faltaram políticas públicas do governo federal para estímulo aos grandes empreendimentos nacional e estrangeiros, tendo, no entanto, a preocupação de protegê-los dos “invasores”, criminalizando os movimentos sociais que lutam pela democratização da terra.

Nessa perspectiva [discurso governamental de incentivo a imigração e povoamento e desenvolvimento do Estado], pode-se entender a política de concessões gratuitas de terras a colonos nacionais e estrangeiros, defendidas pelos Governos Estaduais nos primórdios da República em Mato Grosso. Essa era uma estratégia para defender as terras desocupadas, mas já sob o domínio particular, principalmente no sul do Estado, atual Mato Grosso do Sul, onde registrava-se a presença frequente de pequenos posseiros. Por outro lado, a Lei proibia também ocupações em terras devolutas, colocando o posseiro na condição de invasor, sujeito a despejo e cominações (Lei nº20/1992). Porém, politicamente, não era

interessante para os Governos Estaduais penalizar os posseiros, uma vez que vinham contribuindo de uma forma ou de outra para a colonização da região, sem ônus para o Estado, até porque a gratuidade “era mais aparente que real”, uma vez que o imigrante tinha a obrigação de morar e cultivar a terra dentro do prazo de 5 anos, findo o qual, deveria proceder, às suas custas, à regularização do lote. Não cumprindo as exigências prescritas, perdia a concessão e voltava à condição de invasor (Lei nº102/1895) (MORENO, 1999, p.73).

Portanto, o estado de Mato Grosso não foge à regra das demais Unidades da Federação, quando o assunto se trata de estimular o latifúndio na estrutura fundiária brasileira. Como esclarece Moreno (1999, p. 69), “[...] para regularização das terras que se encontravam em situação ilegal até 1889, bastava a apresentação do registro feito nas Intendências Municipais, pelos juízes comissários”.

Os registros efetuados até 1854 garantiam o tamanho das áreas constantes dos títulos. Já as posses efetuadas entre 1854 e 1889, portanto, no interregno das proibições impostas pelas Leis Imperial e Estadual, tiveram seus tamanhos limitados pela Lei Estadual em 450 ha para a indústria extrativa, 900 ha para a lavoura e 3.600 ha para a pecuária. No primeiro caso, o tamanho das áreas declaradas para o registro nem sempre conferia com a realidade. No segundo, a pluralidade das posses, registradas em diferentes nomes, ultrapassava e muito os limites impostos pela Lei. Assim, as propriedades em situação irregular, até 1854, foram sendo regularizadas pelo Estado com áreas médias acima de 15.000 hectares. Por sua vez, as posses ocorridas após aquela data e anterior à 1889 foram legitimadas com áreas que variavam de 450 à 14.500 hectares (MORENO, 1999, p.69).

Essa tendência de ocupação do território, fortalecendo cada vez a expansão da grande propriedade, perdurou mesmo com o advento da República.

No governo Vargas (1930-1945) praticou-se uma política deliberada de ocupação do território, sobretudo das áreas de fronteira, conhecida como Marcha para o Oeste. Na verdade, o modelo de Vargas pretendia instalar um novo padrão de desenvolvimento econômico, superando o capitalismo agrário e mercantil (CUNHA, 2002, p. 14).

Esse esforço do governo brasileiro veio com a intencionalidade de ocupar, em um primeiro momento, os “espaços vazios” da região e em seguida promover uma intensificação de um novo padrão de desenvolvimento econômico, buscando

integrar as atividades agrícolas, com baixo valor agregado de seus produtos, ao mercado interno. “A intenção era de projetar o imaginário do “progresso” em Mato Grosso, mesmo que à custa de grandes desmatamentos para abertura de estradas” (VIEGAS, 2014, p. 44). Esses “espaços vazios” foram utilizados pela ditadura civil-militar para implementar a política de territorialização dominante e desterritorializar/reterritorializar as comunidades tradicionais.

A exploração dos “espaços vazios” é um legado da modernidade e de sua noção desenvolvimentista, a busca por ocupação dos territórios brasileiros como forma da comprovação da apropriação privada das terras deu-se de maneira bastante desordenada, sem seguir qualquer planejamento, com a mínima ou nenhuma preocupação socioambiental. A modernidade intitulou o território desconhecido como “vazio” e essa pseudoneutralidade possibilitava qualificar o “vazio”, conforme ideologia, olhar político, crença ou verdade dos grupos dominadores (SATO; SILVA, 2010, p. 263).

Higa (2005) evidencia que para manter os limites do território brasileiro a oeste, durante o século XX, o estado de Mato Grosso pautou sua ocupação no estabelecimento de fortificações e povoados com incursões em busca de ouro e pedras preciosas; mas também se dedicou à pecuária, ao extrativismo vegetal da erva mate e da poaia, à exploração da borracha e da cana de açúcar para produção de açúcar ao longo do rio Cuiabá. Segundo Higa (2005), a agricultura camponesa, além de participar dessas atividades, foi a responsável pelo fornecimento dos gêneros alimentícios para a população que se dedicava mais intensamente a elas.

A ocupação se deu praticamente na região do Alto Paraguai, incluindo o Pantanal.

Neste período, a região ocupada foi basicamente a região do Alto Paraguai, que inclui o Pantanal, com exceção da ocupação proporcionada pela extração da borracha, que avançou sobre regiões da bacia amazônica em território mato-grossense. No século XX a ocupação de Mato Grosso foi intensificada, sobretudo a partir da década de 1930, com programas federais cujo objetivo era interiorizar a população “excedente” de outras regiões - a chamada marcha para o oeste -, já que a não se realizou a reforma agrária. Foram implantadas várias colônias agrícolas oficiais e particulares, principalmente no sul do estado (HIGA, 2005, p. 18-33).

Este momento histórico poderia ter servido de inspiração para que o estado de Mato Grosso implementasse uma política fundiária baseada na unidade familiar

de produção com uma melhor distribuição da terra e uma estrutura fundiária não tão concentrada, como veio a se materializar.

Com uma política governamental de estímulo ao desenvolvimento da produção de base familiar, pensada para o desenvolvimento de uma agricultura supridora de alimentos básicos para a população, certamente ter-se-ia uma concentração fundiária menos perversa da que veio a se estabelecer.

Na realidade, a expansão da pequena propriedade, naquele momento histórico, mostrava ser utópica, uma vez que toda a política fundiária estadual estava voltada para a expansão da grande propriedade adequada ao sistema produtivo vigente vinculada aos interesses oligárquicos. Os governantes tentavam conciliar a expansão da pequena produção, a partir de uma colonização espontânea, sem que o Estado arcasse com o ônus econômico e sem riscos políticos às suas lideranças. Mesmo investindo numa propaganda oficial, dentro e fora do país, e estendendo a concessão gratuita de terras devolutas para qualquer parte do Estado, com menos tempo (1 ano) para a outorga do título definitivo, os resultados foram inexpressivos. Os números disponíveis mostraram que, de 1889 à 1930, foram efetivadas 152 concessões gratuitas, para um total de 4.814 hectares alienados no mesmo período. Isto significou menos de 1% do total da área regularizada nos mesmo período. (MORENO, 1999, p. 73-74).

Moreno (1996) destaca a intervenção sofrida pelo governo federal no período de 1930 a 1945, em que predominava a força política direcionada por Getúlio Vargas. A ação fundiária desse período fazia menção a algumas modificações no regulamento de terras de 1927, visando à moralização dos serviços de terra e a implantação da colonização vinculada ao governo federal (MORENO, 1999).

Nesse aspecto, destaca Moreno (1999), as áreas excedidas não podiam ultrapassar 50% do total da área requerida e constante do título provisório. Foi dado um prazo de doze meses para aqueles processos paralisados por culpa do requerente que, ao final do qual, foram considerados caducos. Essas medidas visavam a impedir a intenção de particulares de prorrogar ao máximo a regularização das terras, visando qualquer benefício por parte do Estado, como acontecia regularmente como perdão de multas e dilatação dos prazos, validando as posses caídas em omissão, além de outras benesses.

Com essas estratégias montadas ao longo dos séculos pela elite agrária do estado, com a conivência dos sucessivos governos, não se implementaria a expansão da pequena propriedade, mesmo a despeito da intenção de programas

governamentais no âmbito federal. É importante observar o intento do governo federal na época:

A colonização foi implementada no Estado como parte da estratégia do governo federal que visava a ocupação dos “espaços vazios” e o fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteiras, com a implementação de colônias agrícolas nacionais. O projeto tinha como meta a expansão da pequena propriedade como forma de diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional. Através da “Marcha para o Oeste”, tentava-se conquistar o interior do país, para a integração à economia nacional (MORENO, 1999, p.75).

Embora o governo estadual tivesse reservado 200.000 ha no vale do rio São Lourenço para este fim, nenhuma colônia federal foi implementada. Essa só começa a dar alguns sinais de desenvolvimento a partir da década de 1950, quando a articulação de um programa de colonização oficial e particular pelo governo estadual começa a se concretizar para fixar mão de obra ociosa, remanescente da população mineira de Cuiabá, Alto Araguaia e Poxoréo, bem como migrantes das áreas de cafezais vindos de São Paulo e de outras áreas do sudeste do país (MORENO, 1999).

Os principais programas que afetaram a ocupação do estado de Mato Grosso foram o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do norte e nordeste (Proterra), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodeste), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) (MORENO, 2005).

Na realidade, todas essas políticas que visavam ao “desenvolvimento” da região centro-oeste, por meio de vários programas especiais, acabaram por beneficiar grandes grupos empresariais rurais e praticamente deixando à margem os agricultores de base familiar.

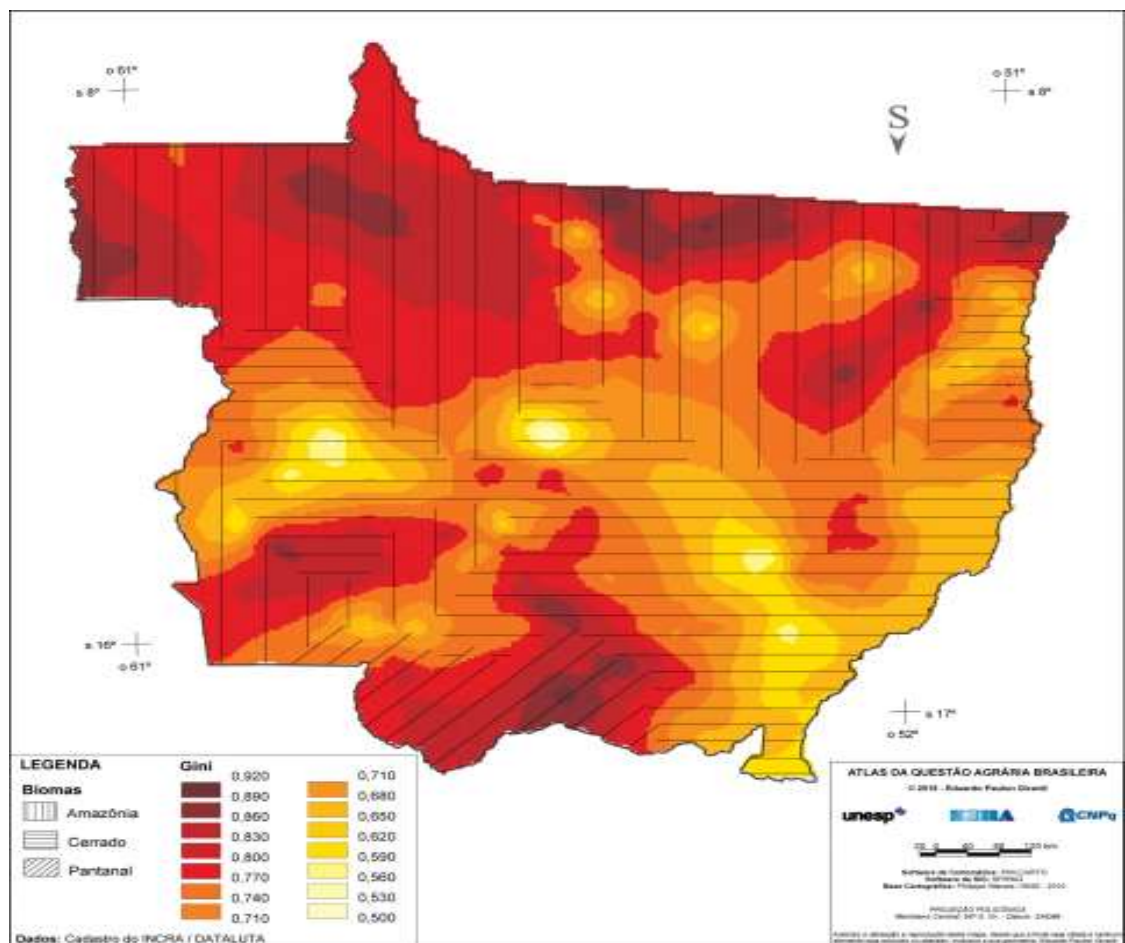
O processo de territorialização pelo capital agrário no estado teve o apoio de políticas públicas direcionadas com essa finalidade, fortalecendo cada vez mais a concentração de áreas nas mãos de uma minoria de grandes proprietários detentores do capital, o que é corroborada na seguinte afirmação:

[...] Mato Grosso passou a concentrar uma infinidade de programas para a implantação de polos de desenvolvimento (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE) e projetos, destinados basicamente, ao desenvolvimento da agropecuária e à exploração de recursos minerais, através da aplicação do capital nacional e internacional (MORENO, 1994, p. 81).

Com todo o aparato governamental à disposição e a estrutura fundiária altamente concentrada, os grandes grupos econômicos e empresários rurais se apropriaram das melhores terras do Estado para prática do agronegócio ligado à pecuária e à cultura de lavouras temporárias, como, por exemplo, a soja, o algodão e a cana de açúcar; ocasionando intensos problemas sociais em Mato Grosso.

Os dados do INCRA (2014) sobre imóveis rurais, figura 01, demonstram o índice de Gini em Mato Grosso, onde se percebe que há extrema concentração de grandes áreas de terras na maioria dos municípios do Estado.

Figura 1 – Mapa do Índice de Gini em Mato Grosso - 2014



Fonte: GIRARDI, 2014.

E, mais, aliado às grandes corporações nacionais que detêm a posse da terra no estado, estão os grupos estrangeiros, que incorporam a maior quantidade de terras do país (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). Nesse contexto, Mato Grosso se sobressai como o estado que detém a maior área adquirida por estrangeiros no país, determinando uma estrutura fundiária extremamente concentrada nas mãos de poucos proprietários; esse é um elemento importante quando se trata de discutir a questão territorialização-desterritorialização-reterritorialização – TDR, que não ocorre apenas por força dos agricultores empresariais brasileiros, mas com a expropriação da terra, tão reclamada pelos agricultores familiares camponeses, por grandes grupos estrangeiros, conforme comparativo da tabela 1:

Tabela 1 – Área total pertencente a empresas estrangeiras – por estado – 2010

Estados	Área (1000 hectares)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	9
Paraná	299	7
Pará	235	6
Amazonas	232	6
Goiás	230	5
Rio Grande do Sul	113	3
Outros estados	408	9
Total	4,184	100

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Informação coligida pelo jornal Correio Braziliense (junho, 2010), sediado em Brasília.

Observando a tabela 1, verifica-se que a expansão da grande propriedade não acontece apenas por grandes empresas brasileiras, mas de maneira muito significativa por grupos empresariais estrangeiros que também expandem suas atividades com as monoculturas da soja, do algodão e da cana de açúcar.

Portanto, pode-se afirmar que esses programas traziam, em sua grande maioria, o escopo desenvolvimentista, com foco principal na expansão da

agropecuária, que incorporava novas áreas à estrutura fundiária do estado sem a menor preocupação com o passivo ambiental deixado pela implementação dessa atividade.

Segundo Fernandes (2000), o pós-golpe civil-militar de 1964 representa o segundo momento em que Mato Grosso se presta como alternativa à não realização da Reforma Agrária no nordeste, sul e sudeste do país. Uma artimanha utilizada pelo governo em que “A colonização se apresenta como alternativa possível de acesso à terra” (MORENO, 2005, p. 53).

Segundo Moreno (2005), entre 1970 e 1980 foram implantados em Mato Grosso 88 projetos de colonização privada por 33 empresas numa área de 3,25 milhões de hectares e contemplando 19.550 famílias de colonos. Os assentamentos criados neste período também faziam parte da política de colonização da região, mas recebiam este nome para acobertar a distribuição desigual de terras sob a alegação de ser “Reforma Agrária”.

A estrutura fundiária de Mato Grosso é uma das mais concentradas do país. Essa situação tem gerado vários conflitos e tem sido um dos maiores desafios dos movimentos sociais, cujos representados sofrem com essa distribuição altamente perversa. A tabela 2 evidencia o problema fundiário no estado.

Tabela 2 – Situação fundiária de Mato Grosso

Categoria de Produtores Rurais	Em relação ao nº de Imóveis (%)	Em relação à área do Estado (%)
Pequenos (até 100 ha)	71,20	8,7
Médios (de 100 a 1.000 ha)	16,60	14,5
Grandes (acima de 1.000 ha)	12,20	76,8

Fonte: Secretaria de Planejamento – Seplan/Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários – SAAF, 1994

Essa distribuição de agricultores familiares (pequenos agricultores), representando 71,2% dos estabelecimentos, ocupa uma área de apenas 8,7%. Os médios agricultores, com 16,6% dos estabelecimentos ocupam uma área de 14,5%. Enquanto os grandes agricultores, com apenas 12,2% dos estabelecimentos, ocupam a maior área, 76,8%. Isso é um dos elementos principais a fomentar os conflitos agrários no estado, promovendo um crescimento econômico que praticamente exclui os agricultores familiares.

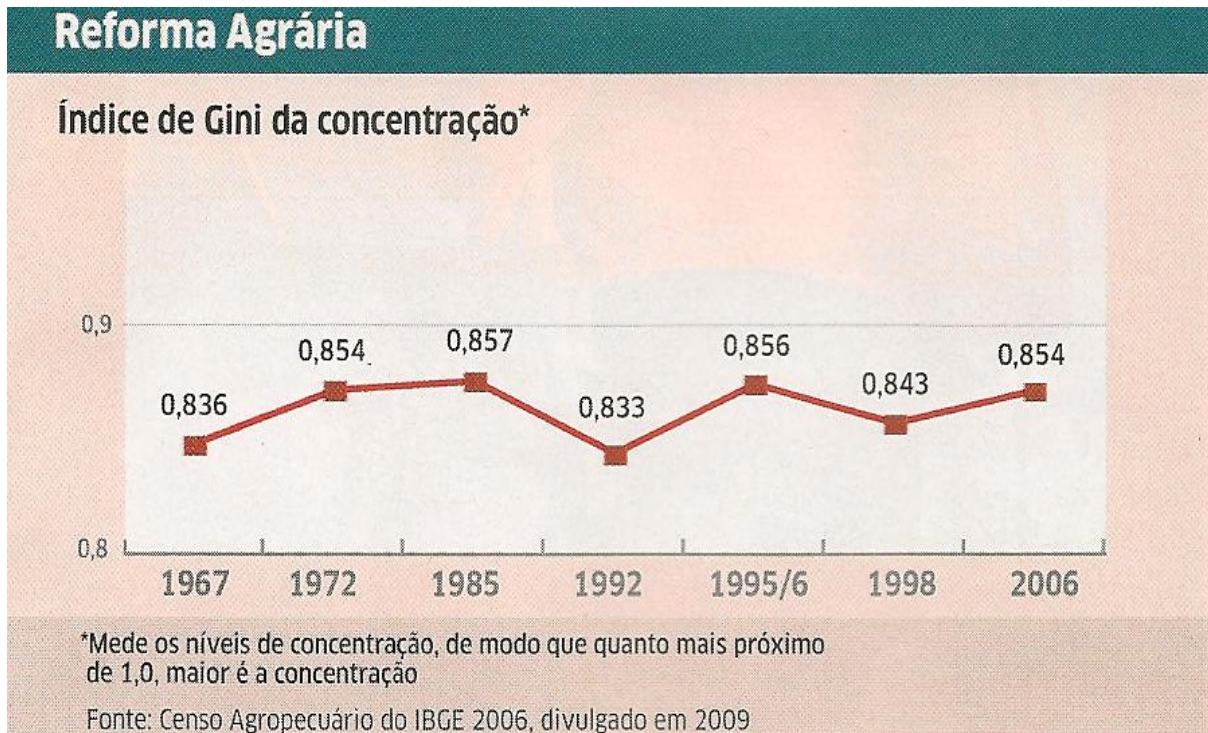
Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Mato Grosso possui 549 assentamentos rurais, onde estão assentadas 82.876 famílias, ocupando uma área de 6.048.948,91 hectares. Esses assentamentos implementados não foram suficientes para reverter a extrema concentração fundiária do estado. Durante esse período, várias áreas foram compradas por grandes grupos brasileiros e estrangeiros para implantação de grandes projetos agropecuários. Esse processo de estrangeirização da terra, além de contribuir para aumentar a concentração da terra, embute outro elemento intencional que tem a ver com a dominação territorial, como afirmam Fernandes, Welch, Gonçalves (2012, p. 50):

A estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por mega-investimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para produção agrícola. A palavra estrangeirização traz o significado da invasão de estrangeiros no controle do território.

Quando se analisa a evolução do processo de Reforma Agrária no Estado, observa-se que não houve um interesse efetivo dos sucessivos governos de transformar essa situação fundiária extremamente concentrada; pelo contrário, o que se percebe é a manutenção da concentração, o que faz com que a distribuição da terra no estado de Mato Grosso seja extremamente desigual.

Observa-se no gráfico 1 que, num período de quase quatro décadas, levando-se em consideração o índice de Gini, não houve mudanças significativas na estrutura fundiária brasileira. No Mato Grosso a situação não é muito diferente, onde a expansão do agronegócio acentuou mais ainda essa desigualdade na distribuição das terras.

Gráfico 1 – Reforma agrária: Índice de Gini da Concentração



Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006, divulgado em 2009).

O gráfico acima valida a afirmação de Mattei (2014), de que a concentração da terra provocou um efeito direto sobre a estrutura demográfica do país, tendo como consequência elevadas taxas de êxodo rural nos últimos cinquenta anos. Evidencia ainda: “[...]. Assim, a população rural reduziu sua participação na população total de 68%, em 1950, para 17% em 2010, segundo os diversos Censos Demográficos do IBGE” (MATTEI, 2014, p. 73).

Apesar de todo o esforço dos movimentos sociais no sentido de se efetivar uma reforma agrária, na prática o Estado brasileiro não foi capaz de democratizar o uso da terra no território nacional e muito menos o estado de Mato Grosso, tido e havido como o “celeiro” do país.

2.2 Agronegócio em Mato Grosso: o estado no fomento da concentração fundiária

A expansão das atividades do agronegócio no estado de Mato Grosso tem acontecido com significativa velocidade, haja vista que, segundo informações da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN, 2015), em pouco mais de dez

anos o Produto Interno Bruto (PIB) do estado passou de R\$ 12,3 bilhões em 1999 para R\$ 80 bilhões em 2012, o que representa um crescimento de 554%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento do PIB brasileiro neste mesmo período foi de 312%.

É tendo essa perspectiva de avanço do capitalismo no campo como pano de fundo que o surgimento de monoculturas como a soja, o algodão e a cana de açúcar vêm se propagando em todo o território mato-grossense e no município de Campo Verde, recorte representativo desse cenário e área de estudo desta pesquisa.

O espaço rural na região Centro-Oeste é palco de uma agricultura intensa, fortemente conectada ao processo industrial e dele dependente tanto no aspecto da comercialização do que é produzido, quanto dos insumos necessários à sua produção. Esse modelo de produção que vem sistematicamente se expandindo, desde a década de 1950, no Brasil como um todo, com a chamada “revolução verde”, provocou por décadas a expulsão de famílias de agricultores do campo e, em muitas comunidades e assentamentos rurais, a descaracterização das atividades da agricultura familiar.

Esse aspecto da territorialização do agronegócio, com forte influência nos centros urbanos, tem modificado a dinâmica política e social desses espaços, uma vez que a tônica principal desse desenvolvimento é forjada na economia de escala, com significativa concentração na produtividade. Essa integração do campo com a cidade nesse modelo de produção se estabelece a partir da necessidade de insumos que vêm da área urbana para o campo e da matéria prima deste para o urbano. Essa dependência pode ser observada na afirmação:

Os desenvolvimentos urbanos e rurais estariam integrados não apenas entre si, mas à lógica de expansão econômica cujo fomento dependia da ajuda externa. Esta política foi amplamente utilizada a partir da década de 1950 nos projetos da revolução verde e conseguiram imprimir um enorme dinamismo no setor agrícola tornando-o mais moderno e articulado. Os princípios essenciais deste modelo estavam localizados em economias de escala e de concentração (ALVES, GUIVANT, 2010, p. 90).

O fio condutor entre o campo e os centros urbanos está concretizado no processamento da matéria prima e na dependência dos insumos para o desenvolvimento das atividades agrícolas monocultoras, sendo que outras ligações

se estabelecem a partir da implantação de estruturas de comercialização, armazenamento e revendas de implementos agropecuários.

Galvão (2013) observa dois tipos de colonização ocorridos em Mato Grosso: a colonização oficial, conduzida pelos órgãos governamentais do estado por meio da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e a federal, por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); ambos foram encarregados de promover e organizar a ocupação de terras devolutas do estado, repassando o processo de colonização da Amazônia mato-grossense às companhias colonizadoras. Importante observar que essas entidades mencionadas, tanto as do âmbito estadual quanto o Instituto de Colonização e Reforma Agrária sempre foram alvo de denúncias relacionadas a ilegalidades nas transações com terras.

Por outro lado, as entidades colonizadoras particulares sempre estiveram atreladas à mercantilização de terras. Não é de se estranhar que as terras de melhor fertilidade natural fossem destinadas a grandes grupos empresariais. Portanto, de acordo com a figura 3, as melhores áreas, via de regra, em termos de fertilidade natural, estão distantes dos centros consumidores, sendo reservadas para exploração pecuária.

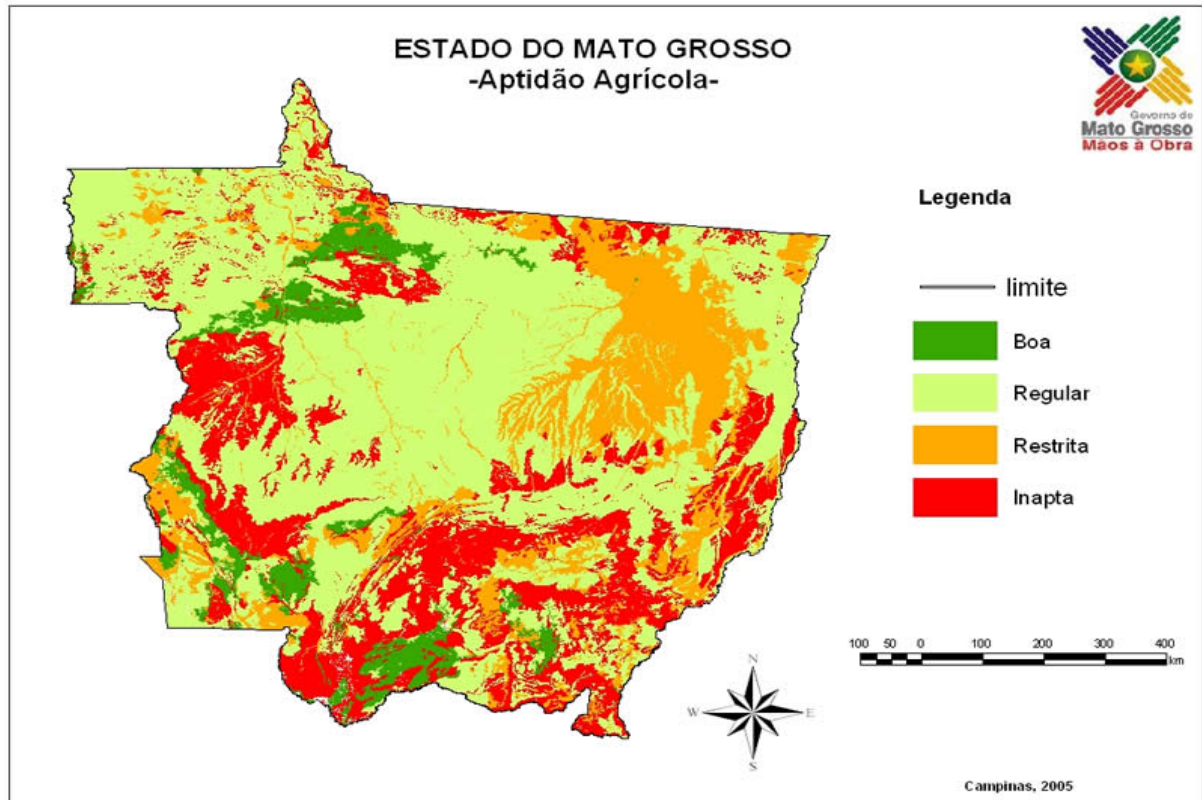
O Estado brasileiro fomentou a expansão dessas colonizadoras e cooperativas por meio de estímulos creditícios e incentivos fiscais.

Empresas colonizadoras e cooperativas começaram a se instalar no norte de Mato Grosso no período posterior a 1972, devido incentivos e subsídios que passaram a ser concedidos pelo governo, como a venda de grandes extensões de terra a colonizadoras privadas a preços irrisórios (GALVÃO, 2013, p. 7).

Com essa estratégia, os grandes especuladores e os grupos empresariais se apoderaram das áreas com melhor fertilidade natural. Observa-se na figura 3 que as melhores terras são mais restritas em termos de área, enquanto as terras regulares, restritas e inaptas, ocupam maiores extensões.

Em Campo Verde, a lógica de ocupação do espaço agrário não é diferente. Os assentamentos foram constituídos em áreas que originalmente eram de grandes fazendas em que predominavam as pastagens, com solos em estado de degradação, cuja recuperação já não era viável e, portanto, a melhor opção para os grandes proprietários seria a venda para o governo federal com a finalidade de assentar agricultores familiares.

Figura 2: Mapa de aptidão agrícola das terras do estado do Mato Grosso



Fonte: EMBRAPA, 2005

A figura 2, mapa de aptidão agrícola em Mato Grosso, mostra a distribuição das melhores terras que estão espalhadas por todo estado e de maneira dispersa. Em razão das políticas governamentais, deixaram os agricultores de base familiar fora do processo de distribuição dessas áreas, uma vez que os grandes projetos e políticas públicas implementadas pelo governo federal e com apoio do governo estadual visavam o desmatamento dessas áreas para implantação de grandes projetos agropecuários

Moreno (1999) enfatiza que o primeiro governo constitucional de Mato Grosso fez uma revisão na legislação fundiária do estado e sancionou um conjunto de leis de cunho liberal, com a intenção de dar mais agilidade ao processo de privatização de terras devolutas e a legalização de antigos domínios particulares. No aspecto da colonização, seguiu a política do governo federal de ocupação do oeste brasileiro originada do Estado Novo. As empresas particulares de colonização começaram a ser valorizadas com as políticas advindas do governo federal e apoiadas pelo estado na implementação de colônias agrícolas federais. A colônia agrícola Fátima de São Lourenço foi incentivada com a venda de 70.000 ha de terras públicas; a Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola Ltda. – CIPA originou os municípios de

Jaciara, Santa Elvira e São Pedro da Cipa a partir dos núcleos coloniais formados por esta empresa (MORENO, 1999).

Com uma visão desenvolvimentista dos governos militares foram criadas políticas públicas e, atrelados a ela, vários programas especiais de apoio a esse desenvolvimento, que visavam, dentre outras coisas, à expansão da fronteira agrícola do país. Para coordenar os vários programas criados, em 1967 é extinta a Fundação Brasil (FBC) e criada, em 1º de dezembro deste mesmo ano, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Em 1975 é lançado o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

[...] e teve como objetivo a abertura de fronteira agrícola, sendo que suas ações favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Foi um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado e de assistência técnica. (MULLER, 1990, p.55).

Detalhando um pouco mais, segundo o site da SUDECO (2015), o POLOCENTRO objetivava fomentar as pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para difusão das inovações tecnológicas por meio da extensão rural.

O Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974, cria o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), e indica, no seu art. 4º, que tal programa será implementado pelo Ministério do Interior, principalmente por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e dos diversos ministérios envolvidos.

Desse modo, Mato Grosso passou a concentrar uma infinidade de programas para a implantação de polos de desenvolvimento (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE) e projetos, destinados, basicamente, ao desenvolvimento da agropecuária e à exploração de recursos minerais, através da aplicação do capital nacional e internacional. A implantação da colonização foi estrategicamente concebida para a viabilização desses projetos e para aliviar as tensões sociais no campo, provocadas pela forte concentração da terra em outras regiões do país (MORENO, 1999, p. 81).

Durante o regime militar, o Estado brasileiro sempre fomentou os grandes empreendimentos, com fortes incentivos ao desenvolvimento da agropecuária e da exploração da atividade mineradora em detrimento da agricultura familiar.

Moreno (1999) ressalta a concessão de benefícios fiscais por meio da SUDAM, com recursos do FIDAM/BASA; foi um grande estímulo à abertura de grandes projetos agropecuários, com áreas médias superiores a 30.000 ha. O que acontecia normalmente era a “ocupação” das terras, que depois eram regularizadas com a apresentação de documentos frios e viciadas na sua origem. Informa ainda que, nas décadas de 70/80, foram implantados em Mato Grosso 268 projetos de “colonização empresarial”; desses, 84,9% eram voltados para o desenvolvimento da agropecuária.

Assim sendo, pode-se afirmar que no Brasil, assim como em Mato Grosso, o Estado sempre esteve a serviço do capital, fomentando um desenvolvimento que concentra a terra e a renda - já que apenas pequena parcela de produtores rurais detém elevada renda e possui vastas áreas do território brasileiro - e promove o aumento das discrepâncias sociais presentes no meio rural.

Esse modelo de desenvolvimento desencadeou uma série de expropriações camponesas em vários pontos do país, pois a terra adquiriu um preço que até então não tinha. A valorização da terra levou a expulsão de posseiros e parceiros que tiveram suas terras griladas ou retomadas para que a expansão da agricultura capitalista pudesse se concretizar (BOMBARDI, 2004 p. 64).

Neste contexto, o campo brasileiro e mato-grossense, apropriado e monopolizado pela agricultura capitalista, passa a ser palco de inúmeros conflitos pelo uso, ocupação e posse da terra, como também pela reforma agrária; esta entendida como:

[...] um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação dos latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e sua redistribuição às famílias trabalhadoras que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir sua função social (Estatuto da Terra). (GUANZIROLI, *et al.*, 2001, p. 187).

Na atualidade, em meio a esse processo contraditório e desigual no campo, os trabalhadores rurais ainda resistem. Contudo, uma reforma agrária que rompa

com o latifúndio improdutivo no Brasil e em Mato Grosso ainda apresenta-se como algo distante de se concretizar. Isso porque o modelo de desenvolvimento adotado no país, concentrador de terra e renda, monopolista e dependente, não possibilita a modificação do padrão de desenvolvimento agrícola; pelo contrário, promove a manutenção do latifúndio, secular e tradicional. Portanto,

[...] o campo no Brasil é ambiente propício à acumulação capitalista; resultado, sobretudo, da fragilidade institucional do controle da terra por parte do Estado e do deficiente apoio à comercialização da agricultura familiar camponesa, situações que favorecem o escoamento da renda da terra para o capital (ALMEIDA, 2015, p. 25).

Neste sentido, vale registrar que apesar dessa hegemonia do desenvolvimento capitalista no campo, o território brasileiro é marcado por lógicas distintas de uso e apropriação, resultado do processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, que simultaneamente atua em direção à implantação do trabalho assalariado e desenvolve, de forma articulada e contraditória, a produção da agricultura familiar camponesa (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, coadunam no território brasileiro e mato-grossense, num processo contraditório de distintos interesses, duas forças antagônicas, a agricultura capitalista (agronegócio) e a agricultura familiar. Ou seja, a territorialização do capital defronta-se com a territorialização da agricultura familiar camponesa; sendo que:

A primeira (agricultura capitalista) tem como projeto a terra como mercadoria em que os grandes proprietários a utilizam como reserva de valor, manejando a possibilidade de auferir renda e lucro em situações de mercado favorável em que pesa o financiamento público de monoculturas, geralmente exportadas, sem geração de renda local e soberania alimentar; já a segunda (agricultura familiar), o projeto da agricultura, tem por base os pequenos proprietários, produtores de alimentos básicos para a mesa dos brasileiros, apesar da pouca terra e dos poucos incentivos financeiros (ALMEIDA, 2015, p. 30).

Diante desse cenário, em que o Estado assume uma postura conservadora e unilateral, colocando-se como "sustentáculo de um pacto de poder autoritário e excludente das camadas populares especialmente no meio rural [...]" (DELGADO, 2010), torna-se importante a análise sobre o território e as territorialidades diversas da agricultura familiar em Mato Grosso.

2.3 Formação e resistência da agricultura familiar no Mato Grosso

Os camponeses brasileiros sempre enfrentaram a opressão da elite agrária brasileira. Desde a vergonhosa escravidão brasileira, passando pela crueldade dos senhores de engenho do nordeste até os dias atuais, em que a agricultura empresarial absorveu inovações tecnológicas significativas por um lado e, por outro, ainda mantém relações sociais de trabalho medievais. Esse regime de exploração do capital sobre o trabalhador se estende aos usineiros atuais e demais grupos empresariais que atuam no campo brasileiro. Contudo, toda essa dominação dos latifundiários sobre a terra e os sujeitos do campo sempre encontrou inconformismo e resistência por parte dos dominados.

Neste sentido, verifica-se que na década de 1950 organizações camponesas iniciaram uma articulação em âmbito nacional visando resistência às ações de despejo encetadas pelos usineiros e latifundiários em locais como Porecatu, no Paraná (1950-1951), e da luta em Trombas e Formoso, em que houve forte confronto com a polícia de Goiás (1954-1957), “onde várias lideranças de base se destacaram” (revista 40 anos da CONTAG, 2002), como o camponês José Porfírio, que se distinguiu tanto na luta pela terra no Estado de Goiás, que chegou a se eleger como um dos deputados mais votados pelo estado. Mais tarde foi preso, e quando solto sob a égide da ditadura militar, desapareceu, sem nunca mais ser encontrado.

Neste mesmo período surge no Engenho Galiléia, em Pernambuco, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, conhecida como Liga Camponesa, primeiro movimento camponês de resistência concreta ao latifundiário com dimensão nacional. As Ligas Camponesas tiveram seu início em Pernambuco nos anos de 1954 e irradiaram-se para outros Estados do Brasil, perdurando até o Golpe Militar de 1964. Entre suas reivindicações, a realização da reforma agrária era a mais importante.

[...] o movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país (OLIVEIRA, 1990, p. 27).

Conforme se desenvolviam as lutas no campo brasileiro, crescia também o número de entidades, sindicatos, ligas e associações, vinculadas aos camponeses. Na maior parte dos casos tinha-se a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Fernandes (1998) ressalta ainda que as experiências construídas na luta e a história de outros movimentos camponeses, como por exemplo, as Ligas Camponesas, foram referências que serviram de base para a formação do Movimento dos Sem Terra (MST) no país.

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e [entraram] o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. [...] (FERNANDES, 1998, p. 01).

A resistência dos camponeses aos desmandos das elites agrárias vem desde o período de colonização em todo o Brasil, e no Mato Grosso não é diferente. Moreno (1999) resgata um elemento importante no ano de 1897, quando existia a figura do Juiz Comissário e agrimensor que era nomeado pelo governo do estado, encarregado da medição de áreas em cada distrito. A autora observa que:

[...] As terras devolutas eram medidas e demarcadas pelo agrimensor designado e as terras particulares, por um profissional contratado pelo próprio requerente. A fiscalização, aprovação dos serviços e o encaminhamento dos relatórios, contendo o mapa das áreas medidas, cabiam ao Juiz Comissário (MORENO, 1999, p. 70-71).

Com esse cenário criado pelos políticos poderosos da época, não há necessidade de maior esforço analítico para perceber que grandes extensões de terras foram “legalizadas” em nome de quem estivesse próximo ao poder. Os pequenos posseiros esboçavam resistência, mas eram dominados pelo poder político.

À medida que os grileiros se apossavam de extensas áreas, não eram apenas os lavradores que eram expulsos, outros povos que já habitavam o estado, como os

povos indígenas, as populações tradicionais de extrativistas da poaia, seringueiros e quilombolas.

Ainda em Mato Grosso, em período mais recente, a resistência dos camponeses se dá de maneira mais sistemática e começa a ser notada em função da organização e formação dos primeiros sindicatos representativos de trabalhadores rurais, a partir da década de 1960. Segundo Edivaldo José da Silva⁸, os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais em Mato Grosso foram constituídos nos municípios de Rondonópolis, Dom Aquino, Jaciara, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenópolis e Cuiabá. Esses Sindicatos se reuniram e em 23 de outubro de 1971 fundaram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso – FETAGRI-MT.

Após a fundação da Federação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) montou uma equipe para organização dos trabalhadores e agricultores familiares, objetivando fortalecer a luta por direitos da categoria, por meio da expansão dos sindicatos nos vários municípios.

À medida que os agricultores familiares foram se organizando e formando os seus sindicatos nos municípios, a luta pela conquista por novos espaços de participação foi se efetivando e com isso gerando conflitos que foram sendo enfrentados de maneira mais organizada e com respaldo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (FETAGRI-MT) e, no âmbito federal, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Atualmente o estado de Mato Grosso conta com 125 Sindicatos de Trabalhadores Rurais atuando em vários municípios que representam os trabalhadores rurais no estado. Conforme informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2016) o Estado de Mato Grosso possui 546 Projetos de Assentamentos (PA) que estão distribuídos nos vários municípios, em todo o estado. Essas famílias assentadas, quando são beneficiadas pelos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de terem um incremento significativo, melhorando as suas condições econômicas e

⁸ Edivaldo José da Silva, atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cuiabá, é uma liderança do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, militante desde o período pré e pós-ditadura civil-militar de 1964. Foi Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso e é um profundo conhecedor da história do MSTTR. Entrevista realizada em 23/02/2017, na sede do sindicato.

sociais, promovem uma movimentação na economia desses municípios, uma vez que todos os bens e serviços demandados por elas acontecem no território municipal.

A agricultura familiar no estado carece de informações mais intensas que permitam aos pesquisadores dados concretos para serem analisados e servirem às entidades gestoras para melhor planejarem suas ações. Por outro lado, quanto mais informações os movimentos sociais obtiverem, mais qualificadamente podem encaminhar suas lutas por políticas públicas que possam beneficiar este segmento no estado de Mato Grosso.

Segundo informações contidas na Ajuda Memória do Workshop Diagnóstico da Agricultura Familiar de Mato Grosso, (2016, p. 2), entre os dias 10 e 11 de novembro de 2015, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF) iniciou o processo para elaboração do Plano Estadual da Agricultura Familiar de Mato Grosso. Segundo o documento mencionado,

[...] participaram representantes de instituições que desempenham, no exercício de suas competências atividades de coleta, sistematização, divulgação e gestão de informações de caráter socioeconômico e ambiental relacionadas à agricultura familiar de Mato Grosso (AJUDA MEMÓRIA, 2016, p. 2).

Verifica-se que a necessidade de informações a respeito da agricultura familiar atinge os órgãos governamentais, que precisam de dados para implementações de políticas direcionadas ao setor.

Assim sendo, como existem poucos dados oficiais a respeito da agricultura familiar no Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), realizaram um Workshop Diagnóstico da Agricultura Familiar de Mato Grosso, entre os dias 27 e 28 de julho de 2016, no Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá. Esse evento objetivou elaborar um diagnóstico da agricultura familiar no estado. Desse evento participaram 37 organizações/grupos (17 governamentais, 16 não governamentais e 4 instituições de ensino, pesquisa e extensão).

O Workshop Diagnóstico da Agricultura Familiar de Mato Grosso foi orientado pelos seguintes objetivos:

1. Apresentar e discutir os dados coletados pela SEAF e IPAM para o Diagnóstico da Agricultura Familiar de Mato Grosso;

2. Elaborar conclusões preliminares sobre a situação da agricultura familiar no estado com base nos dados coletados; e
3. Recomendar ações para a complementação de dados e processo de elaboração do Plano Estadual da Agricultura Familiar.

O avanço dessa intencionalidade por parte do governo estadual, com apoio de entidades que atuam no campo mato-grossense e respaldada pelas entidades de pesquisa, com a participação ativa dos movimentos sociais, contribuirá para se obter dados mais consistentes acerca da agricultura familiar no estado.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DE CAMPO VERDE-MT

3.1 O município de Campo Verde-MT e a questão agrária

Segundo informações da Secretaria Municipal de Campo Verde, o município está localizado em uma região que começou a ser povoada a partir do século XVIII, com a chegada das primeiras famílias vindas de Minas Gerais. As famílias Borges e Fernandes chegaram em 1886, lideradas por Diogo Borges e José Camilo Fernandes, e se instalaram em uma fazenda que ficou conhecida como Buriti dos Borges.

Em 1896, o major Gomes Carneiro, que tinha como seu ajudante de ordens o futuro marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, inaugurou a comunidade de Capim Branco e a estação telegráfica coronel Ponce, que foi desativada em 1950.

Durante praticamente um século, a região viveu um período de estagnação, sem atividade econômica significativa. Esse período guarda relação com o fato de, na época, o atual município de Campo Verde ser um distrito de Dom Aquino e ter baixa densidade demográfica. Eram grandes propriedades que exploravam a pecuária de maneira rudimentar, e pequenos sítios que viviam da agricultura de subsistência, como o plantio de mandioca, do arroz de sequeiro e de outras atividades extrativistas como o pequi e a poaia.

Foi a partir da chegada de famílias do sul do país que o modelo de produção começou a tomar outro rumo, com a intensividade no plantio de arroz, soja e mais recentemente, algodão e milho. A suinocultura e a avicultura integra agricultores familiares e grandes criadores desses animais com grandes empresas, como a SADIA⁹.

Passa-se então de um modelo de produção que visava o atendimento às necessidades básicas das famílias para um modelo de produção que visa o atendimento às empresas capitalistas fora do município, mas que posteriormente ali foram instaladas para uma melhor conectividade com a produção de matéria prima para desenvolver suas atividades. Isso porque as empresas instaladas no município estão, em sua grande maioria, conectadas às atividades desenvolvidas no campo; seja no que diz respeito à agricultura ou às relacionadas a suinocultura e avicultura.

⁹ Sadia S. A: empresa subsidiária de produção de alimentos frigoríficos do Brasil, fundada em 1944.

Segundo Pereira (2011, p. 8), no município estão instaladas empresas multinacionais como a Bunge, de origem holandesa; ADM – Archer Daniels Midland, de origem estadunidense, que compra e financia a produção de soja e milho; Cargil, que faz parte do complexo da soja e é de origem estadunidense; a China se faz presente por meio da Nobre e a LDC – Louis Drefus Commodities, de origem francesa. Esses grupos empresariais comandam o modelo de produção no campo em Campo Verde. É importante observar a tabela 3.

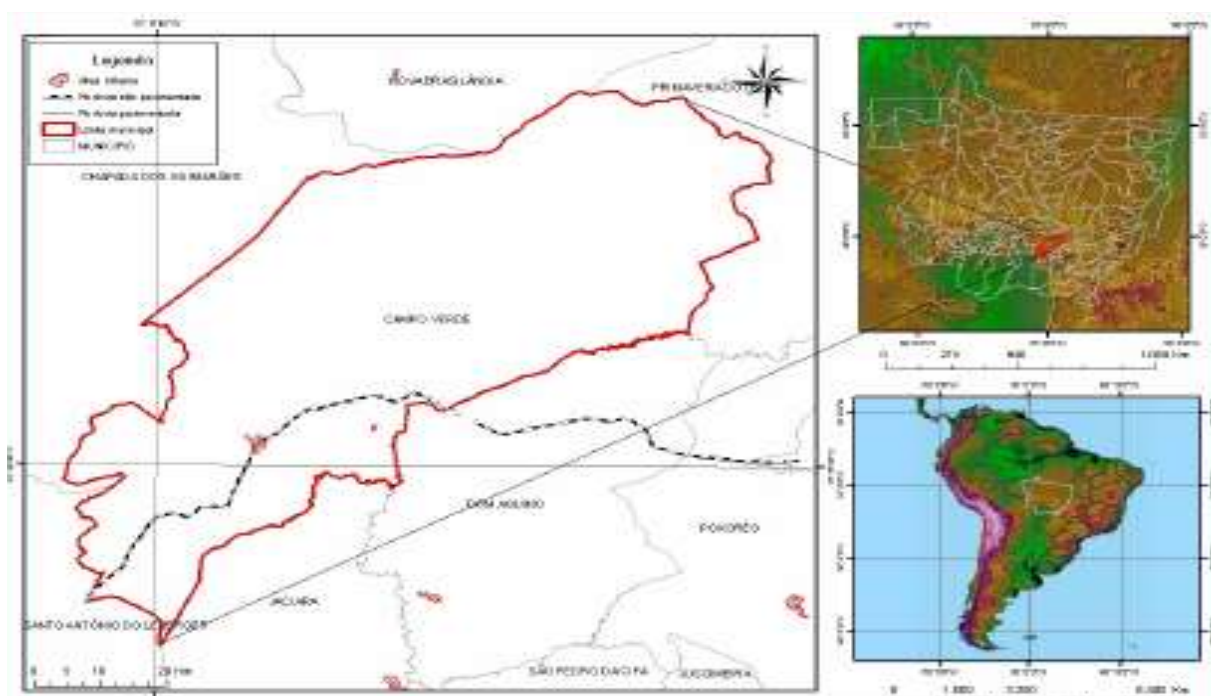
Tabela 3 – Empresas instaladas no Município de Campo Verde-MT

Número de empresas atuantes	1.330 unidades
Número de unidades locais	1.376 unidades
Pessoal ocupado assalariado	6.873 pessoas
Pessoal ocupado total	8.547 pessoas

Fonte: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Org: SILVA, 2017.

O município tem uma área territorial de 4.782,118 km² e uma população de 31.612 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 6,61 hab/km², segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Figura 3 – Mapa da localização do município de Campo Verde-MT



Fonte: SEMA, 2010.

Assim sendo, na atualidade, o município de Campo Verde se constitui em um recorte muito significativo da expansão do agronegócio mato-grossense, pois está entre os vinte municípios do país com as maiores produções de algodão, com uma área colhida de 52.256 ha; de milho em grão, com uma área colhida de 73.830 ha; uma área colhida de soja de 159.120 ha (IBGE, 2010, p. 25-43).

Na atualidade, a atividade agrícola com maior expressão econômica de Campo Verde está calcada na produção de algodão. segundo a Conjuntura Mensal nº 3 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), o município se destaca entre os cinco maiores produtores de Mato Grosso, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Cinco maiores produtores de algodão em pluma de Mato Grosso - safra 2014/15 – Mato Grosso

Município	Produção (em toneladas)	Área (em hectares)	Produtividade (em kg/ha)
1º Sapezal	144.006	100.472	1.433,3
2º Campo Verde	136.672	81.600	1.674,9
3º Diamantino	79.514	52.000	1.529,1
4º Primavera do Leste	51.589	33.168	1.555,4
5º Campo Novo dos Parecis	45.919	31.000	1.481,3
RESTANTE DO MATO GROSSO	407.824	264.460	1.542,1

Fonte: CONAB – Conjuntura Mensal – Ano 1. Nº 3, 2016. Org: SILVA, 2017.

Verifica-se que Campo Verde se destaca em segundo lugar na produção de algodão em pluma e em primeiro lugar em produtividade. Com esses produtos colhidos e o tamanho das áreas referidas, tem-se a dimensão de como as atividades agrícolas baseadas em grandes extensões de terras no município vêm se expandindo. Esse modelo de produção está intimamente ligado a todo o processo industrial com as cadeias produtivas a ele relacionadas, o que provoca uma conexão direta com os centros urbanos. Essa ligação se verifica tanto na dependência dos insumos para a produção, como no final do ciclo produtivo para agroindustrialização ou armazenamento dos produtos.

Funciona como uma linha de montagem industrial, onde a unidade de produção estabelece uma similitude com a esteira que carrega determinada peça e vai se complementando à medida que outras peças vão sendo incorporadas ao processo de fabricação. Na realidade o que determina o modelo de produção tem a

ver com o Complexo Agroindustrial (CAI), que demanda matéria prima do campo para o processamento agroindustrial.

A concentração fundiária do município de Campo Verde segue a mesma tendência nacional, onde os poucos estabelecimentos rurais de grande porte ocupam as maiores extensões de terras, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 5 – Propriedades rurais no município de Campo Verde

Tamanho da propriedade (ha)	Quantidade de áreas	Área Total (ha)	Área média (ha)
Não classificado	33	9.498,40	2.878,83
Mini (01 a 10)	342	9.161,00	26,79
Pequeno (11 a 50)	213	17.820,00	83,66
Médio (200 a 500)	227	105.640,20	465,38
Grande (acima de 501)	190	405.698,30	
Assentados	1068	25.798	24,15
Total	2.073	565.621,46	

Fonte: Sedam, Campo Verde – Org. Silmara Gardin, 2010.

A luta dos movimentos sociais conseguiu modificar de maneira pouco significativa a estrutura fundiária, mas de qualquer maneira, tais números representam o resultado empreendido por esses movimentos em busca da desconcentração da terra. Segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o município conta com sete assentamentos rurais, são eles:

Tabela 6 – Assentamentos de Campo Verde

Projeto de assentamento	Famílias assentadas	Área (ha)	Data de criação	Distância da sede municipal (km)	Distância da capital (km)
04 de Outubro	45	959,0767	27/04/2001	25	150
28 de Outubro	70	2.262,1141	30/12/1996	20	70
Dom Ozório Stofell	540	9.947,0000	02/04/2007	52	179
Paulo Freire	29	899,8458	10/12/1999	14	140
Santo Antônio da Fatura	270	7.513,4777	04/06/2001	35	85
Terra Forte	71	1.774,3154	09/01/1997	15	120
TOTAL	1.025	23.355,8297			

Fonte: INCRA/EPELHO DE PROJETO, dados da pesquisa. Silva, 2017.

Esses assentamentos sofrem influências substantivas quanto ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Em visita ao Assentamento Dom Osório, juntamente com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Campo Verde, Reginaldo Gonçalves, foi possível observar os vários lotes que estão plantando soja. Segundo informações de Reginaldo, existem onze lotes que estão plantando soja, num universo de 540 famílias. O que demonstra a reterritorialização desses agricultores, o que já foi amplamente debatido nesse trabalho, à luz dos grandes pensadores como Haesbaert, Saquet, Guatari entre outros.

Segundo informações do técnico da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Campo Verde, se houvesse mais assentamentos no município, a economia local se beneficiaria mais, uma vez que as famílias assentadas tanto comercializam sua produção na cidade e em municípios vizinhos, como fazem suas compras dentro do próprio município.

Já na agricultura empresarial, os produtos são para o mercado externo, e tanto os equipamentos usados na exploração, como os insumos, são comprados em centros mais desenvolvidos.

Segundo Bahia *et al* (2007, p. 12), “[...] os polos de produção do Estado do Mato Grosso estão em diferentes áreas e muito distantes dos locais de exportação dos grãos pelos principais portos brasileiros”. O autor mostra as principais cidades produtoras na tabela 4 e as distâncias entre elas e os dois principais portos de exportação na tabela 8.

Tabela 7 – Quantidades médias de produção de soja (ton), período de 2002-2004.

Cidades produtoras (origem)	Produção de soja em grão
Campo Verde	388.175
Diamantino	712.012
Primavera do Leste	725.238
Nova Mutum	715.503
Lucas do Rio Verde	599.447
Campo Novo do Parecis	894,268
Nova Ubiratã	414,953
Tapurah	662.076

Sorriso	1.590.167
Sapezal	916.974
Alto Taquari	193.020
Sinop	154.492
Alta Floresta	92.167
Rondonópolis	179.848
Total	8.146.767

Fonte: IBGE (2005) *apud* Bahia *et al*, 2007.

Observa-se que as informações do Coordenador de Agricultura Familiar da Secretaria Municipal de Agricultura tem procedência, à medida que o Município de Campo Verde está mencionado nesse trabalho como um dos produtores de grãos (soja) para exportação. A grande distância, constatada na tabela 8, entre esse município e os portos exportadores, também corrobora a grande movimentação de logística para transporte dessa produção, o que fora observado *in loco*.

Tabela 8 – Distâncias entre as regiões de produção de soja e os portos, km

Cidades produtoras (origem)	Siglas	Porto 1 (Santos – ST) (destino)	Porto 2 (Paranaguá – PR) (destino)
Campo Verde	CV	1.568	1.719
Diamantino	DI	1.930	1.978
Primavera do Leste	PL	1.549	1.699
Nova Mutum	NM	1.868	2.019
Lucas do Rio Verde	LV	2.079	2.115
Campo Novo do Parecis	CP	1.925	2.090
Nova Ubiratã	NU	2.141	2.219
Tapurah	TH	2.125	2.203
Sorriso	SR	2.029	2.179
Sapezal	SZ	2.205	2.283
Alto Taquari	AT	1.295	1.499
Sinop	SP	2.228	2.262
Alta Floresta	AF	2.537	2.615
Rondonópolis	RN	1.430	1.580

Fonte: IBGE (2005) *apud* Bahia *et al*, 2007.

Durante o transporte da soja ou de outros produtos que são retirados dos silos graneleiros, formam-se no perímetro urbano grandes filas de carretas esperando a vez de carregar. Enquanto isso, grãos que caem no chão no momento do carregamento se espalham pela cidade, ocasionando grande sujeira para os moradores.

Outro aspecto que impacta o município de Campo Verde é a utilização de agrotóxicos nas lavouras, um tema de extrema preocupação não apenas pelas agressões sofridas pela natureza, mas principalmente pela exposição à qual as pessoas são submetidas, com graves consequências à saúde.

Pela importância do tema, no dia 04 de agosto de 2015 foi realizada uma audiência pública para debater a utilização de agrotóxicos nas lavouras do município de Campo Verde. Durante sua fala, o procurador do trabalho Leomar Daroncho informou que no ano anterior o Brasil utilizou 12 bilhões de agrotóxicos nas lavouras. Somente em Campo Verde esses produtos chegaram a 400 litros de veneno por hectare. Passados dois anos, a situação não melhorou: “[...] Com isso sobra para o município toda a carga de agrotóxicos utilizados no processo produtivo”, conforme afirmação do coordenador municipal de Agricultura Familiar de Campo Verde, em entrevista realizada na Secretaria Municipal de Agricultura no dia 07 de fevereiro de 2017.

O processo de territorialização do capital no campo em Campo Verde-MT se dá não apenas pela apropriação das áreas com lavouras, mas com a utilização intensiva de produtos químicos que são requeridos em todo o modelo de produção utilizado. Esse modelo de produção subalterniza os agricultores familiares, uma vez que, por mais que haja resistência ao modelo hegemônico, torna-se quase impossível adotar outra perspectiva de produção, que não seja o adotado pelo agronegócio. Nesse aspecto a relação de poder se estabelece.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta

disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, s/d, p. 14).

Durante a pesquisa de campo realizada no Assentamento Santo Antônio da Fatura, encontraram-se pequenos grupos de agricultores que estão experimentando outro modelo de produção sem a utilização de agroquímicos, fazendo uso dos princípios da agroecologia; contribuindo para que o município de Campo Verde, um importante polo produtor de grãos, tenha também uma produção significativa de produtos da agricultura familiar, principalmente as hortaliças (tabela 9).

Tabela 9 - Produção (em toneladas) de hortaliças no município de Campo Verde (2010)

Produto	Quantidade produzida (t)
Abobrinha	385
Alface	420
Almeirão	13
Batata-doce	162
Berinjela	80
Beterraba	47
Brócolis	76
Cebolinha	49
Cenoura	29
Chuchu	1.000
Coentro	11
Couve	16
Couve-flor	20
Feijão vagem	116
Jiló	80
Mandioca	1071
Maxixe	72
Melancia	3
Milho verde	290
Pepino	278
Pimenta	4
Pimentão	86
Quiabo	177
Rabanete	29
Repolho	14
Rúcula	56
Salsa	85
Tomate (estaqueado)	152

Fonte: Adaptado IBGE – Censo Agropecuário, 2010.

Entretanto, esses agricultores encontram muitas dificuldades para desenvolver suas produções de forma agroecológica, isso porque a agroecologia propõe um processo de produção agrícola que respeita e preserva a natureza, a biodiversidade e a vida humana, e tais mudanças se contrapõem ao modelo de desenvolvimento atual (agronegócio/produção monocultora), o qual tem cercado os assentamentos em Campo Verde com áreas extensas de plantações de soja ou algodão em que o uso do agrotóxico é intensivo e acaba atingindo as pequenas propriedades dos agricultores familiares.

3.2 O Assentamento Santo Antônio da Fartura e a perspectiva territorial dos agricultores familiares

Segundo depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Reginaldo Campos, a luta pela terra visando o assentamento Santo Antônio da Fartura foi motivada pelo desejo de algumas pessoas do bairro Pedra 90 de Cuiabá, que começaram a se articular com funcionários da fazenda de mesmo nome, com o intento de conseguirem um pedaço de terra para produzirem.

A insegurança dessas pessoas desse bairro periférico de Cuiabá, com seus empregos precários e outros vivendo de algumas atividades autônomas, não lhes permitiam uma regularidade na atividade laboral. Várias dessas famílias oriundas da atividade agrícola viram a possibilidade de terem um pedaço de terra para desenvolver a agricultura e para melhoria de condições de vida.

A fazenda, próxima à BR-364, pertence ao senhor Benjamim Rampeloto, que começou um processo de negociação, visando a sua aquisição pelo INCRA para assentamento dessas pessoas, que iniciaram um acampamento às margens da rodovia, onde permaneceram acampadas por aproximadamente três anos.

De acordo com depoimentos de lideranças como presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e vários assentados, até 2000 aproximadamente 525 famílias permaneceram acampadas às margens da rodovia BR-364 e em 2001 montaram seu acampamento dentro da área da fazenda Santo Antônio da Fartura. Em seguida foi efetivado um contrato de comodato com o corretor da fazenda para que as famílias pudessem explorar 5 hectares e produzirem parte de seus alimentos. Aí permaneceram por um

ano e meio, enquanto prosseguia a negociação com o governo federal visando à implementação definitiva do assentamento.

À medida que o tempo passava e se fortaleciam mais as relações entre os assentados, novas demandas surgiam juntamente com o objetivo principal, que era o assentamento das famílias. Para tanto, elegeram lideranças e as responsabilizaram para a contratação de topógrafo a fim de demarcar e definir a partilha dos lotes. Assim sendo, a obtenção da área foi por meio da desapropriação da Fazenda Santo Antônio da Fartura, localizada no município de Campo Verde. A imissão de posse aconteceu em 23 de abril de 2001.

Examinando os dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), constata-se que o Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura possui uma área de 7.513,4777 ha, com capacidade de assentamento para 266 famílias, conforme publicação de 09 de junho de 2001; entretanto, em 15 de janeiro de 2003, o mesmo órgão informa uma capacidade de 270 famílias. Esses dados constam no Espelho Completo de Projeto, pesquisado diretamente no INCRA em 28 de setembro de 2016.

Na atualidade, segundo lideranças anteriormente citadas e os assentados que foram visitados e entrevistados, o Assentamento Santo Antônio da Fartura possui 600 famílias, distribuídas em 270 lotes.

Figura 4 – Lote do assentamento Santo Antonio da Fartura



Fonte: SILVA, 2016.

Nas visitas efetuadas foram encontrados lotes com até cinco famílias. Entretanto, oficialmente os lotes permanecem os mesmos, mas sabe-se que alguns foram subdivididos por número de canteiros de hortaliças por pessoa para atender à vinda de alguns familiares ou outras pessoas que vieram para o assentamento em busca de trabalho.

A figura 4 mostra um pouco dessa realidade, em que o lote abriga seis meeiros que desenvolvem a horticultura como fonte de renda. Essa é a maneira encontrada pelo assentado Roberto Basto Pietro, por exemplo, para desenvolver as suas atividades agrícolas, diminuindo os custos e dando oportunidade para que outros possam ter um rendimento na produção de folhosas.

O assentamento conta com duas cooperativas, uma quase em frente da outra. A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santo Antônio da Fartura (COOPERSAF), que funciona na sede da Associação dos Pequenos Produtores, conforme figura 5, e a Cooperativa Agrícola Familiar de Santo Antônio da Fartura, (COOPERFAR), com sede própria, conforme figura 6.

Figura 5 – Sede da associação e da COOPERSAF



Em visita realizada no dia 07 de junho de 2017 à Cooperativa Agrícola Familiar de Santo Antônio da Fartura (COOPERFAR) o gerente, que é assentado, pois comprou um lote, afirma: “muitos compram um pedaço de lote e começam a produzir. A gente sabe que não é certo, mas muitas vezes aqueles que estão nos lotes não têm condições de produzir”. A veracidade dessa afirmação foi constatada em mais de trinta propriedades visitadas.

Figura 6 – Sede da COOPERFAR



Fonte: SILVA, 2017.

Em entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2017, na sede da Secretaria Municipal de Agricultura de Campo Verde, a engenheira agrônoma Patrícia Gomes, que já realizou por um período uma assistência técnica voltada à agroecologia com alguns agricultores no Assentamento Santo Antonio da Fartura, enfatiza que o tipo de assistência técnica, ou sua ausência, é determinante para a permanência do agricultor na terra ou absorção do modelo de produção do agronegócio. Por outro lado, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não tem demonstrado eficiência para coibir a compra e venda dos lotes no assentamento.

A cooperativa COOPERFAR não viabiliza a comercialização dos produtos, limita-se à venda de insumos necessários à produção, como sementes, fertilizantes, calcário, equipamentos para irrigação dentre outros. Está articulando junto ao

Instituto de Defesa Agropecuária (INDEA-MT) para obter autorização para vender defensivos agrícolas utilizados no processo de produção, que são comprados em Campo Verde ou Cuiabá.

Isso porque, não existe uma orientação para o uso correto dos agrotóxicos, que são utilizados com muita intensidade com a orientação dos próprios vendedores. Um dos agricultores entrevistados afirmou que um desses vendedores lhe ofereceu um produto para combater a lagarta da couve. Quando o agricultor lhe perguntou qual o prazo após a aplicação do produto para ser comercializado, o vendedor respondeu que era de 180 dias, ao que o agricultor retrucou: “mas o período de produção da couve é de 45 dias”. O vendedor replicou: “mas você não precisa comer a couve, é só vender”. Depreende-se, que segundo depoimentos e observações *in loco*, a utilização indiscriminada de agrotóxicos no processo produtivo do assentamento é motivo de muita preocupação.

O que gera grande preocupação é que apenas 15% dos agricultores recebem algum tipo de orientação técnica na propriedade; enquanto que os agricultores que utilizam produtos convencionais, 51% não usam nenhum tipo de EPI (equipamento de proteção individual), e outros 5% usam de maneira incorreta. Este fato demonstra o desinteresse das instituições e políticas de governo pela agricultura familiar e na total falta de responsabilidade por parte dos fabricantes e revendedores, em somente “colocar” o produto no mercado, sem qualquer preocupação com saúde ou bem estar do agricultor (DONINI; MURATA; MARQUES, 2009, p. 3174).

No dia anterior à nossa visita, o INDEA e a Secretaria Municipal de Agricultura de Campo Verde promoveram um mutirão para recolhimento de embalagens de agrotóxicos vazias. Neste processo, foi observado que em várias propriedades as embalagens de agrotóxicos, após serem utilizadas durante o processo produtivo são enterradas em um buraco, feito pelo agricultor. Essa atitude contamina o solo e o lençol freático. Esse é um trabalho dessas duas entidades visando não só a diminuição do uso de agrotóxico, como também, quando necessário o seu uso, que seja efetuado com a orientação do engenheiro agrônomo, para diminuir a agressão aos recursos naturais e à saúde humana.

As afirmações de quem participou desse mutirão é de que a Secretaria Municipal de Agricultura de Campo Verde, em parceria com o INDEA, pretendem montar um posto para recebimento dessas embalagens vazias, que posteriormente serão devolvidas às revendedoras que comercializam os produtos no município.

Segundo informações do gerente da COOPERFAR, a comercialização da maior parte da produção dos assentados é efetuada por meio de intermediários que diariamente vem comprar os produtos no assentamento. A cooperativa conta com 80 associados. Em entrevistas com os agricultores, foi informado que a venda direta aos atravessadores diminui a margem de lucro, e o produto se torna mais caro para o consumidor. Afirmaram também que esse fluxo de comercialização acontece dessa maneira em função de não possuírem transporte para levarem sua produção para os canais de comercialização de Campo Verde e região.

Os hortigranjeiros produzidos no assentamento são comercializados em Campo Verde (20%), Primavera do Leste (5%), Rondonópolis (5%) e no Município de Cuiabá, que absorve a maior parte da produção (70%). Segundo informações do Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santo Antônio da Fartura, semanalmente saem em torno de cinco caminhões de hortigranjeiros para serem comercializados nos municípios acima mencionados. Bastante importante considerar que muitos dos produtos que não são comercializados nesses centros urbanos são destinados às feiras livres, e outra parte, para o autoconsumo.

A Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Antônio da Fartura (COOPERSAF) é presidida pelo agricultor familiar Paulo Rodrigues Galvão e conta com 38 associados. A comercialização da produção dos Associados com a COOPERSAF é efetuada por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do governo federal, os quais são repassados a alguma instituição sem fins lucrativos; nesse caso, a entidade beneficiada foi a Associação São Francisco de Assis, situada em Campo Verde. Essa transação se dá quinzenalmente com Cuiabá e semanalmente com Campo Verde.

Desses dois programas, participam cinquenta e seis agricultores, com uma diversidade de alimentos como hortaliças, legumes e frutas, que garantem parte da renda, mas também a sobrevivência e a manutenção da terra conquistada (Tabela 10).

Verifica-se que mesmo havendo duas cooperativas no assentamento e três associações, o nível de associativismo é muito baixo. Não existe um processo de formação em cooperativismo com a finalidade de despertar entre os assentados a capacidade de se organizarem para comercializar a sua produção por meio de uma

das cooperativas existentes. Esse esforço visando potencializar entre os agricultores o senso cooperativista não foi notado nas duas cooperativas existentes.

Tabela 10 – Produtos comercializados no mês de junho de 2017. entre a COOPERSAF e a CONAB

Produtos recebidos	Unidade de comercialização	Quantidade/Unidades de comercialização
Abacate	kg	Não souberam informar
Abobrinha	kg	Não souberam informar
Abóbora Cabotiã	kg	58
Acelga	kg	10
Alface crespa	kg	28
Banana da Terra	kg	28
Banana Nanica	kg	62
Batata doce	kg	Não souberam informar
Berinjela	kg	16
Beterraba	kg	Não souberam informar
Brócolis	kg	24
Cebolinha verde	kg	Não souberam informar
Cenoura	kg	24
Chuchu	kg	26
Couve	Kg	26
Limão Taiti	kg	20
Mamão	kg	Não souberam informar
Maracujá Amarelo	kg	Não souberam informar
Milho verde	kg	80
Pimentão Verde	kg	Não souberam informar
Rabanete	kg	Não souberam informar
Mandioca	kg	Não souberam informar
Repolho	kg	Não souberam informar
Rúcula	kg	Não souberam informar
Tangerina	kg	60
Tomate	kg	20

Fonte: Secretaria da COOPERSAF, 2017. Org: SILVA, 2017.

Neste sentido, ressalta-se que desenvolver a capacidade de cooperação entre os agricultores familiares é fundamental para enfrentar os mais diversos desafios vivenciados no campo, desde o preparo do solo, passando pela escolha e compra da semente e outros insumos, a produção, até a fase final da comercialização; como também para se fortalecerem como agricultores e enfrentarem as adversidades com mais eficácia.

Alguns dos agricultores entrevistados, que vendem seus produtos para os atravessadores, afirmaram que esses intermediários são um mal necessário, uma vez que a atividade de horticultura toma praticamente todo o tempo dos assentados, impedindo-os de se dedicarem à comercialização de seus produtos. Portanto, há necessidade de as cooperativas e as associações terem esse papel de comercialização, não só como o PAA e o PNAE, mas com os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar como um todo.

Tais ações de comercialização pelas associações e cooperativas do assentamento Santo Antônio da Fartura poderiam ser mais bem direcionadas se houvesse um apoio de assistência técnica para orientar os seus dirigentes e associados. Isso porque a assistência técnica e a extensão rural, que poderiam trabalhar a organização da produção e elaborar um processo formativo na área do cooperativismo, solicitados por todos os entrevistados, são inexistentes no contexto do assentamento. Ou seja, os assentados só têm acesso a qualquer assessoramento técnico se puderem pagar por ele, o que dificulta em muito o desenvolvimento de formas coletivas/cooperativas de produção, comercialização e, conseqüentemente, da vida no campo como um todo.

Nos depoimentos de vários acampados que participam dos cursos da Escola Nacional de Formação da CONTAG na região Centro-Oeste observa-se ainda que “quando as famílias estão embaixo de lonas nos acampamentos, a união e o nível de cooperação são muito significativos, mas quando adquirem a terra, os objetivos são diferentes e aí não existe mais a união de antes”. Este é um fato que tem sido constatado em vários assentamentos, e no caso do Assentamento Santo Antônio da Fartura não é diferente, há muita dificuldade por parte dos agricultores, em função de não haver uma cultura de organização, em construir ações coletivas/cooperativas para se fortalecerem e enfrentarem as adversidades vivenciadas no campo com mais eficácia.

Com a criação dos assentamentos, novo contexto e uma nova dinâmica se colocam, com o surgimento de novas formas organizativas, que podem ter maiores ou menores continuidades com o processo anterior de luta pela terra. Novas demandas se abrem, que agora se voltam para a negociações com os agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de crédito e infraestrutura. As lideranças que participam do processo de conquista da terra podem ou não se consolidar no novo contexto e sucumbem ao novo cotidiano, há processos de desfiliação sindical, lideranças que se desligam dos movimentos aos quais eram anteriormente vinculadas, novas surgem, entre outras mudanças (LEITE et al, 2004, p. 112).

Assim sendo, com as dificuldades para ter acesso à assistência técnica, os assentados acreditam que a cooperativa deveria ter uma equipe técnica que trabalhasse a organização da produção, articulando a comercialização com os agentes externos, buscando financiamento para montar uma logística de transporte dos produtos de seus associados, eliminando ou diminuindo os atravessadores e melhorando do rendimento de seus associados.

Por outro lado, os depoimentos indicam uma falta de confiança dos agricultores nas duas cooperativas em função de várias situações vivenciadas em seu cotidiano. Essa situação, é confirmada por várias lideranças de acampamentos de que, “enquanto estão acampados a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua são prevalentes e quando assentados essas características se dissipam”, e foi constatada empiricamente durante os nossos diálogos com os agricultores. Portanto, é evidente nos relatos dos agricultores que outros interesses, como por exemplo, o planejamento das atividades, a busca por crédito, a adaptação em seu novo lugar de convivência e trabalho, tornam-se objetivos diferenciados para cada família de agricultores, dificultando o desenvolvimento de ações coletivas no território da agricultura familiar.

Contudo, quando o governo federal procedeu à demarcação e à distribuição oficial das terras, as famílias acampadas já estavam em um nível de organização tal, que puderam encaminhar alguns projetos coletivos que beneficiaram o assentamento como um todo, tais como a construção da escola, da igreja e do posto de saúde (Figuras 07 e 08). Infraestrutura esta que faz parte das obrigações do INCRA em parceria com a Prefeitura de Campo Verde.

Figura 7 - Posto de saúde do assentamento



Fonte: SILVA, 2017.

Quando o objetivo comum, que é o acesso à terra, se estabelece, cada família se engaja em objetivos diferenciados, quando na realidade esse aspecto da coesão, da solidariedade, poderia contribuir significativamente na perspectiva de formar grupos de interesses, organizar a produção e vencer com mais facilidade o desafio da comercialização, dentre outros aspectos da convivência entre as famílias.

Figura 8 – Escola Municipal Santo Antônio



Fonte: SILVA, 2017.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Campo Verde, atualmente as famílias assentadas contam com transporte escolar (é importante destacar que a escola fica dentro do assentamento), dada às distâncias entre uma unidade familiar de produção e outra. Existem duas unidades escolares na sede do assentamento; sendo uma municipal e outra estadual. Existem três igrejas evangélicas e uma católica, onde as famílias assentadas professam suas preferências religiosas.

Em visita realizada em 07 de dezembro de 2016, durante uma explanação, o Presidente da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores da Fazenda Santo Antônio da Fartura relatou que hoje o assentamento abriga em torno de 600 famílias. Explica que está havendo, em função das dificuldades de emprego na capital, a vinda de vários familiares dos assentados para ganhar a vida com a agricultura de base familiar. Esse fenômeno migratório da cidade para o campo, de familiares dos assentados, tem tornado pequena a unidade familiar de produção para atender às necessidades das famílias e de seus parentes que chegam. Muitos desses familiares e parentes foram para o meio urbano em busca de trabalho e hoje estão voltando por não encontrá-lo.

Neste momento, é interessante retomar de maneira mais sucinta a discussão conceitual a respeito da territorialização-desterritorialização-reterritorialização para que se possa compreender melhor a abordagem efetuada durante a pesquisa de campo.

Haesbaert (2004, p. 25), tratando do conceito da desterritorialização, elabora três grandes vertentes identificando-as e associando-as a pelo menos três dimensões, quais sejam: sociais, como a cultural ou simbólica; em sentido mais estrito, a política e a econômica. Lembra o autor que o entendimento no sentido mais amplo, em que aparece associada a processos de dominação, a desterritorialização pode ser uma resposta diferente a um mesmo processo de apropriação do espaço.

Observou-se no assentamento que as famílias sofrem influências substanciais do modelo de produção do agronegócio, que no município exerce hegemonia em todo o sistema produtivo. Essas influências estão associadas ao uso de sementes vendidas pelas grandes empresas instaladas no município, o uso intensivo de agrotóxicos, sem qualquer orientação técnica adequada, fornecimento de mão de obra de baixa qualificação e barata, entre outras. Tendo inclusive uma cooperativa

no assentamento responsável para comprar esses produtos e baratear sua venda aos agricultores familiares.

Por mais que haja resistência no sentido de utilizar um modelo de agricultura menos agressivo ao meio ambiente e à saúde, esses agricultores encontram dificuldades em função das grandes propriedades que estão no entorno do assentamento e cuja aplicação de venenos na lavoura reverbera, atingindo as unidades familiares de produção.

Evidencia-se que, mesmo há algum tempo, quando num curto período dispunham de assistência técnica e alguns agricultores traziam a intencionalidade de uma agricultura agroecológica, quando cessou esse assessoramento técnico, ficaram à mercê do processo de dominação do agronegócio, utilizando praticamente a mesma lógica de produção. E, mais, as atividades do assentamento estão muito ligadas ao meio urbano, tanto aquelas relacionadas à comercialização de seus produtos, como à compra de insumos para o processo de produção, como já mencionado anteriormente.

A expansão do agronegócio nas atividades exploradas no campo e com uma cadeia produtiva com ramificações no espaço urbano, por meio do processamento da produção, revenda de insumos e equipamentos agrícolas, exerce uma influência de muita significação sobre os agricultores familiares. Esse envolvimento não acontece apenas com relação ao modelo produtivo, mas existe uma força, política e econômica, que se torna hegemônica, caracterizando um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Importante a observação de Saquet (2007, p. 49):

[...] No mundo rural, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos da cidade. Esses indivíduos se interagem, especialmente, cultural (psicologia) e economicamente: essas são suas territorialidades cotidianas.

Observa-se no assentamento que, além do processo de T-D-R, ao qual estão submetidas as famílias assentadas, durante a pesquisa de campo foi observado um outro tipo de elemento presente na vida dos assentados, que é o interesse de pessoas que não são beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em tomar conta do lote. Em uma das primeiras unidades visitadas, foi encontrado um agricultor que acabara de colher um cacho de bananas, fruto de seu

trabalho. Durante a entrevista ficou evidenciado que era um caseiro que podia plantar e colher para si, mas que o lote era de um professor universitário de Cuiabá. O agricultor não possui qualquer vínculo empregatício e está há quatro anos na propriedade nessas condições de cedência/parceria.

A insatisfação das famílias assentadas é que não existe uma política pública ou qualquer programa dos governos municipal ou estadual direcionado ao desenvolvimento do assentamento e, conseqüentemente, das famílias, no sentido de ajudá-los a construir alternativas para a sobrevivência e manutenção do lote.

Em entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2017 com o Gerente de Agricultura Familiar, da Secretaria Municipal de Agricultura em Campo Verde-MT, José Aparecido de Lima, ele afirmou que a secretaria não tem um projeto para a agricultura familiar definido, muito menos para o assentamento Santo Antônio da Fartura. Justificou que o secretário estava assumindo agora e que ainda iria proceder ao planejamento das ações voltadas à agricultura familiar no município.

Ressalta-se aqui que as situações de abandono e/ou falta de assistência, por parte dos gestores municipais, estaduais ou federais, é uma das maiores reclamações das lideranças e de todos os agricultores entrevistados, os quais são enfáticos em dizer que não têm a quem recorrer não apenas durante o processo de produção, mas quando necessitam de outras informações imprescindíveis à comercialização de seus produtos.

Neste sentido, é importante ressaltar que a Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).

Essa Lei, no seu parágrafo único, nas referências aos estados e o Distrito Federal, afirma no seu Art. 3º os princípios da PNATER:

I – desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II – gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III – adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV – adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V – equidade nas relações de gênero, geração, raça e

etnia; e VI – contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Em seu artigo 4º a PNATER traz como objetivos os seguintes itens:

I – promover o desenvolvimento rural sustentável; II – apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III – aumentar a produção, qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV – promover melhoria e qualidade de vida de seus beneficiários; V – assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI – desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, agroecossistemas e da biodiversidade; VII – construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII – aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção; IX – apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; X – promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; XI – promover a integração da ATER com pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e XII – contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Tais princípios e objetivos da PNATER, se fossem aplicados com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura de Campo Verde no Assentamento Santo Antônio da Fartura, bem como nos demais assentamentos no município, possibilitaria às famílias assentadas desenvolver a produção de forma sustentável para autoconsumo e comercialização, gerando rendimentos monetários; mas também desempenhando o papel de sujeitos atuantes nesse processo; “promovendo a melhoria e qualidade de vida dos agricultores no campo” (PNATER, 2010).

De fato, compreende-se que os benefícios que vêm para o assentamento Santo Antônio da Fartura, assim como para os demais assentamentos no Brasil, dependem basicamente do governo federal por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais, segundo os agricultores, são insuficientes diante das demandas vivenciadas no dia a dia da vida no campo.

Em suma, pode-se afirmar que, na atualidade, o assentamento Santo Antônio da Fartura vivencia uma trama intrincada e complexa de tensões em função das territorialidades conflitivas que disputam o mesmo território; pois se há de um lado as famílias assentadas que buscam desenvolver a agricultura de base familiar e sustentável, produzindo policultura para o autoconsumo e comercialização do excedente (*terra de trabalho*), por outro, em função das fragilidades econômicas e sociais, essas famílias estão sendo pressionadas pelo complexo sojífero, muitas vezes representando o poder local, não só com a venda ou com o arrendamento dos lotes para produção de grãos, mas também com o trabalho precário, via assalariamento temporário (*terra de negócio*).

Situação, a nosso ver, dúbia, que não pode ser avaliada, segundo Ferrante *et al* (2006, p.), de modo conclusivo ou fatalista, como indicador de sucesso ou de fracasso econômico desta área de reforma agrária em Campo Verde, pois ao mesmo tempo que os assentados são subsumidos pelo capital, também lançam mão de diferentes estratégias para sobrevivência e permanência na terra, resistindo à desterritorialização por parte do modelo de produção dominante, calcado na intensificação de insumos externos, com ênfase em um padrão agroexportador.

A esse respeito, Gonçalves (2011, p. 28) pondera:

Os camponeses através de suas relações sociais criam modelos alternativos para o uso da terra e garantem sua existência e reprodução sob bases da economia familiar/camponesa, por isso está em constante enfrentamento com o capital monopolista. O desenvolvimento contraditório do capitalismo tende a sujeitar a renda camponesa aos seus interesses, determinando suas relações sociais e modo de usar a terra, ou seja, o uso do território.

Por fim, pode-se afirmar, a partir do trabalho *in loco*, bem como com os autores lidos, que muito embora o agronegócio tenha se expandido de maneira muito intensa no Brasil e, em específico no Mato Grosso, verificam-se espaços de resistência da agricultura familiar e a constituição de territórios alternativos ao processo de territorialização efetivado pelo capital no campo¹⁰. Isso porque nos territórios dos assentamentos rurais a atividade produtiva é representada por explorações voltadas ao consumo doméstico e venda dos excedentes, por meio de

¹⁰ Expresso basicamente por uma produção baseada na concentração do uso de terras, em muitos casos pelo latifúndio, com a produção monocultora, apresentando um alto grau de mecanização e número de trabalhadores assalariados, ou seja, demonstra, em suma, a produção capitalista do agronegócio.

feiras, vendas diretas, compras institucionais ou por intermédio de atravessadores, em um processo produtivo sob controle dos agricultores familiares. Situação que explicita, apesar dos conflitos vivenciados no cotidiano do campo, o potencial dos agricultores familiares em construir seu próprio desenvolvimento a partir da conquista da terra

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o debate que vem permeando o pensamento a respeito do campo brasileiro não pode prescindir de levar em consideração os estudos a respeito do agronegócio como segmento hegemônico no campo, sua importância como fornecedora de matéria prima para a agroindústria brasileira e estrangeira, sua contribuição para as exportações de *commodities* e a sua forte representação no cenário político e econômico.

Por outro lado, não se pode passar ao largo de constatações de um modelo de produção que carrega consigo muitos elementos ameaçadores, dos quais se ressaltam alguns: - extrema concentração fundiária nas mãos de poucas pessoas; - uso indiscriminado de agrotóxicos, em muitos casos sem a devida orientação técnica, com intensa contaminação dos solos e dos mananciais hídricos; - exposição de trabalhadores na utilização de venenos nas lavouras; - casos de teratogênese e traços de agrotóxicos em leite materno, segundo estudos da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme o pesquisador Vanderlei Pignati; - avanço do desmatamento, uma vez que a soja, a cana-de-açúcar, o algodão, o eucalipto, dentre outros, têm ocupado o lugar de pastagens que avançam para outras áreas que vão sendo desmatadas; - forte representação política no estado e no Congresso Nacional, o que tem facilitado a aprovação de leis que estão ameaçando os agricultores familiares camponeses e assalariados rurais, entre outros.

Portanto, com todo esse poderio econômico e político e com forte inserção nas principais cadeias produtivas do país, o agronegócio tem alcançado a primazia territorial do campo brasileiro, sendo Mato Grosso uma representação simbólica desse domínio.

Em Campo Verde o agronegócio mantém a mesma hegemonia, tanto no meio urbano, por meio das diversas empresas instaladas e ligadas ao processamento dos produtos agrícolas, revendas de insumos e equipamentos, quanto no meio rural, com o predomínio das maiores áreas e o modelo de produção monocultor. Situação que provocou e provoca a expropriação e a expulsão dos agricultores familiares, agravada pelas desigualdades socioeconômicas e pela desvalorização da produção de culturas que servem como autoconsumo para a população do campo e da cidade, caracterizando um evidente processo de desterritorialização.

Contudo, a partir da década de 1990 começa a tomar força um segmento da agricultura que até então vinha sendo tratado como um setor periférico do campo brasileiro. Esse tratamento marginal sempre foi identificado pela nomenclatura usada para definir esse tipo de agricultor que era chamado de pequeno agricultor, agricultor de baixa renda e agricultor de subsistência. Esses adjetivos utilizados para identificar o agricultor de base familiar foram se dissipando a partir dos debates acadêmicos, dos movimentos sociais, das organizações governamentais e não governamentais, que trouxeram à tona a importância desse segmento para o desenvolvimento inclusivo do país.

Assim sendo, os sujeitos do campo começam, por meio de suas representações, como os STTRs e a CONTAG, a dar visibilidade à Agricultura Familiar Camponesa, por intermédio da sua participação na produção de alimentos e, portanto, de contribuição à soberania alimentar; bem como sua importância na manutenção das famílias no campo e todo o conhecimento acumulado na resistência com suas sementes crioulas, nas diversas experiências agroecológicas, como elementos de significativa importância não só para o estado de Mato Grosso, mas para todo o território nacional.

Nesse sentido, enfatizamos a luta dos agricultores familiares do Assentamento Santo Antônio da Fartura em Campo Verde-MT que, mesmo diante do cenário conflitivo de disputas territoriais entre o agronegócio e agricultura familiar; de deficiência das políticas públicas do Estado no tocante à Reforma Agrária e de uma possível ameaça a sua reprodução, resultante da concentração de terra e da territorialização do agronegócio no campo mato-grossense; insistentemente constroem e (re)elaboram um conjunto de ações assentadas no território e pautadas na diversidade social, cultural regional e produtiva como possibilidade de resistência, permanência e sobrevivência do homem no campo.

Esta realidade mostra, portanto, que em Campo Verde, assim como no Brasil como um todo, coadunam duas lógicas distintas e conflituosas de organização e produção no campo:

[...] de um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro e produzir dominação política, engendrada sob a reprodução ampliada do capital e do poder; do outro, a classe dos agricultores familiares que da terra precisam para viver, fundamentada na tríade família, terra e trabalho. O resultado tem sido um território em disputa! (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 58).

Não somente a terra entra como elemento de disputa e dominação do território pelo capital, mas também a dependência criada pelo modelo de produção que subalterniza os camponeses quando necessitam dos insumos, como sementes, fertilizantes químicos e outros produtos que entram no processo produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 303-325.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ANAIS DO 10º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS. Brasília-DF, 2009.
- BAHIA, P. Q et al. **A Competitividade da Soja do Centro-Oeste Através da Logística de Redes de Transportes de Grãos de Soja para Exportação do Estado de Mato Grosso**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 22 a 25 de julho de 2007, UEL, Londrina-PR.
- BEAL, S. B. **Pequena Produção Rural Familiar e o Selo Social: Assentamento “28 de Outubro”**. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas.
- BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção Agrícola Municipal BRASIL**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. História da EMBRAPA. Disponível em: <http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa> Acesso em: 22 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, 2002. Disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 24 de jun. 2016.
- CAVALCANTE, M. B. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2008, 220 f.
- Companhia Nacional de Abastecimento. **Algodão em Mato Grosso, julho, 2015**. Conjuntura Mensal, ano 1, nº 3. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos>. Acesso em: 25/04/2017.
- DEMO, P. **Participação é Conquista: noções de política social participativa**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DONINE, J. V. S.; MURATA, A. T.; MARQUES, R. R. **Diagnóstico Preliminar da Agricultura Familiar no Assentamento Santo Antonio da Fartura**. Resumos do VI CBA E II CLAA. Rev. Bras. de Agroecologia/Nov. 2009. Vol. 4 Nº 2.

FABRINI, J. E. **O Campesinato Frente à Expansão do Agronegócio e do Agrocombustível**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. O conjunto das pesquisas de campo que possibilitaram as reflexões apresentadas neste artigo contou com apoio do Conselho Nacional de Departamento Científico e Tecnológico – CNPq da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, ano 8, n. 6, janeiro/junho de 2006.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Governança da Terra no Século XXI: Sessões Framing The Debate**. Políticas Fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Séries. n. 2. ILC, Roma.

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., DUVAL, H.C. Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Revista Lutas & Resistências**, v.1. Londrina: UEL/GEPAL, 2006. p.76-90.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREITAS, S. **Agrotóxicos nas lavouras de MT foi debatido em Campo Verde**. Disponível em: <http://www.jornalodiario.com.br/campo-verde/noticias-de-campo-verde/agrotoxicos-nas-lavouras-de-mt-foi-debatido-em-campo-verde/58948>. Acesso em: 22/02/2017.

GALVÃO, J. A. da CUNHA. **Colonização e Cidades de Mato Grosso**. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN; 22 a 26 de julho de 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GIRARDI, P. E. **Uma Leitura da Questão Agrária em Mato Grosso**. Disponível em: <https://confins.revues.org/10446>. Acesso em: 21/02/2017.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio-SP** – Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011, 160 f.

HAESBAERT. R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HIGA, T. C. S. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G. e HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/t>. Acesso em 25/09/2016.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARQUES, M. I. M. **Atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente. Revista NERA, Ano 11, nº 12, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTEI, L. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).

MORENO, G. **O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso**. Geosul, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan./jun.1999.

MORENO, G. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, G. e HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 34-51.

MOTA, J. H. et al. **Caracterização da Produção de Hortaliças em Campo Verde-MT**. Horticultura Brasileira, v. 28, n. 2 (Suplemento – CD Rom), julho de 2010.

MULLER, C. **Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste**. Planejamento e Políticas Públicas nº 3, p.45-74. Brasília: IPEA, 1990.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: maio, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, L. da C. Patrocínio. **A Produção e Comercialização de Algodão no Município de Campo Verde-MT/Brasil**. Revista Geográfica de América Central – Número Especial, EGAL, 2011. Costa Rica, p. 1-14.

PIRES, M.F.C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Texto apresentado na mesa-redonda Paradigmas de Interpretação da Realidade e Projetos Pedagógicos, organizada pelas disciplinas de Pedagogia Médica e Didática Especial dos Cursos de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu, em agosto de 1996.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>. Acesso em: 24/04/2017.

Prefeitura Municipal de Campo Verde. Disponível em:

<http://www.campoverde.mt.gov.br/TempodeCrescer/historia/>. Acesso em: 14/02/2017.

Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm >. Acesso em: 13/07/2016.

Projeto Florestal, Planejamento, Assessoria e Consultoria. Disponível em:

<http://www.projetoFlorestal.com.br/invista-em-mt.php>. Acesso em: 15/02/2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Disponível em:

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAnYUAl/por-geografia-poder-claude-raffestin>. Acesso em: 22/07/2016.

RAMOS, R. **Projeto Lumiar:** uma experiência participativa de extensão rural, in Brose, M. (org.) **Participação na Extensão Rural:** experiências inovadoras de desenvolvimento local. Volume 2. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

Revista 40 anos da CONTAG, Brasília-DF, 2002.

SAEUR, S. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão 30. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Secretaria de Gestão Estratégica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília-DF, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SATO, M.; SILVA, R. **Territórios e identidades:** Mapeamento dos Grupos Sociais do Estado de Mato Grosso, 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Agricultura Familiar no Brasil.** Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) Pobreza y Desigualdad Contrato de Consultoria de Investigación Código 2013-05 FLI

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre Diversidade e Diversificação:** Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Ruris I Volume 4, n. 1. Março de 2010.

_____ **Cenários e Perspectivas para a Agricultura Familiar no Brasil:** Mesa de debates ocorrida na CONTAG, em Brasília, entre os dias 06 e 07/10/2016.

Secretaria de Estado de Agricultura familiar e Assuntos Fundiários - SEAF e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Ajuda Memória do Workshop Diagnóstico da Agricultura Familiar de Mato Grosso, 27 e 28 de julho de 2016, Cuiabá-MT.

Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso – SEPLAN. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/economia>. Acesso em: 29/01/2017.

Senado Federal/Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>.

SILVA, A. G. V. **Dados elaborados a partir da pesquisa de campo**, 2017.

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/pt/web/guest/historico#.WJ4os28rLIU>. Acesso em: 10/02/2017.

VIEGAS, L.P. **Território da Cidadania Araguaia/Xingu-MT:** Interesses, Estratégias, Resistências e Impactos. 2014. 136 f. Tese de (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato:** rupturas e continuidade. Texto preparado para Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. FRRJ. Acesso em: 10/02/2017.